

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Presidência do Governo  
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento  
Direção Regional do Orçamento e Tesouro



**ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PROPOSTA**

**2002**



## **PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2002**

### **ÍNDICE**

I - INTRODUÇÃO .....	3
II - EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA .....	5
A) Economia Internacional .....	5
B) Economia Nacional .....	9
C) Economia Regional .....	13
III - EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS .....	24
A) Sector Público Administrativo .....	24
B) Sector Empresarial da Região.....	30
C) Administração Local .....	36
IV - JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL .....	40
A) Orçamento da Receita .....	41
B) Orçamento da Despesa .....	47
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos .....	57
V - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO .....	65



## QUADROS SÍNTESES

QUADRO I	- Síntese das Contas da R.A.A. ....	74
QUADRO II	- Receita Total .....	75
QUADRO III	- Despesa Total por Classificação Económica .....	76
QUADRO IV	- Estrutura Orçamental da Receita .....	77
QUADRO V	- Estrutura Orçamental da Despesa .....	78

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL .....	80
--	----

## MAPAS ANEXOS

MAPA I	- Receita da R.A.A. ....	87
MAPA II	- Despesas da R.A.A., por Departamentos e por Capítulos .....	97
MAPA III	- Despesas da Região Especificadas segundo a Classificação Económica .....	100
MAPA IV	- Despesas da Região Especificadas segundo.. Classificação Económica.....	101
MAPA V	- Receitas Globais dos Fundos e Serviços Autónomos segundo a Classificação Orgânica .....	102
MAPA VI	- Despesas Globais dos Fundos e Serviços Autónomos segundo a Classificação Orgânica .....	105
MAPA VII	- Despesas Globais dos Fundos e Serviços Autónomos Especificadas segundo a Classificação Funcional.....	108
MAPA VIII	- Despesas Globais dos Fundos e Serviços Autónomos Especificadas segundo a Classificação Económica .....	109
MAPA IX	- Despesas de Investimento da Região Autónoma dos Açores. ....	110



## **I - INTRODUÇÃO**

A proposta de orçamento para o ano de 2002 é a primeira a ser apresentada em Euros, na sequência da entrada em circulação da moeda única no início de 2002. Nesta conformidade, para além dos valores orçamentados para o próximo ano que, naturalmente, estão em euros, igualmente o estão os restantes valores referenciados neste relatório, relativos a anos anteriores, quer se refiram à execução ou a dotações orçamentais .

Em 2002 estará em vigor a primeira revisão à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no que consideramos mais um passo em frente no processo de reforço da autonomia financeira da Região, a qual, tem vindo a dotar o orçamento regional de acrescidos meios financeiros sob a forma de transferências directas e indirectas.

O Governo Regional continuará a privilegiar um relacionamento institucional estável com o Governo da República, o qual tem permitido ultrapassar alguns dos problemas com que se debate a Região, salientando-se, por exemplo, a assunção extraordinária de 12.000 milhares de contos de dívida da Região aprovada pela Lei nº.85/2001, de 4 de Agosto, o que vai permitir ao Governo Regional, através da assunção de passivos dos Serviços integrados no Serviço Regional de Saúde, em igual montante, atenuar, de forma substancial, a situação financeira deste importante sector social da Região.



A presente proposta de orçamento atinge o valor global de 968.920 milhares de euros, incluindo as contas de ordem, no montante de 216.947 milhares de euros.

As receitas fiscais a que a Região tem direito continuam a constituir a principal fonte de financiamento do orçamento regional. Contudo, a receita do IRS e a do IRC a realizar em 2001 está a ser significativamente penalizada com acertos financeiros negativos, efectuados pelos Serviços da Administração Tributária do Estado, referentes essencialmente a 2000 e a 1999, como consequência das reduções das taxas daqueles impostos. Assim, os valores previstos para estes impostos, constantes desta proposta de orçamento estão, naturalmente, influenciados pelos referidos acertos.

O Governo Regional continuará, em 2002, a prosseguir uma política activa de gestão da sua dívida consolidada, assegurando condições de acesso aos mercados de capitais compatíveis com a notação de rating de que dispõe, as quais permitiram, na operação de financiamento do corrente ano, a obtenção de condições altamente favoráveis à Região, e, ao mesmo tempo, uma colocação dos respectivos títulos com uma procura bastante superior à oferta, sinal de que existe confiança dos mercados relativamente à gestão financeira que tem vindo a ser efectuado.



## **II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA**

### **A) Economia Internacional**

Os dados sobre a economia internacional apontam no sentido de uma desaceleração do crescimento da produção mundial e das respectivas trocas comerciais.

Depois do forte crescimento médio do ano 2000, com economias a aproximarem-se da sua capacidade potencial, os preços começaram a revelar sinais de alguma pressão inflacionista, tornando-se oportunas medidas de restrição da procura. Assim, e particularmente através das políticas monetárias, os bancos centrais dos países industrializados (exceptuou-se o caso do Japão) desincentivaram os excessos de procura.

A economia desacelerou efectivamente, mas a uma intensidade superior à esperada. A desaceleração alargou-se às diversas zonas económicas, mas fez-se sentir de forma mais intensa nos Estados Unidos da América e nos países da América Latina ou da Ásia com maior proximidade ou ligações comerciais mais regulares. A evolução na Europa continuou relativamente robusta, enquanto a do Japão continuou sem recuperar significativamente do seu baixo nível de utilização da capacidade produtiva, mantendo-se uma evolução de preços deflacionária.



A evolução dos preços revela estabilidade na generalidade dos países e zonas económicas. As taxas de inflação registadas são maiores nos países em desenvolvimento e em transição, mas em todos há desaceleração. Com os preços de matérias primas, nomeadamente de petróleo, estabilizados e com crescimento de salários moderados, a inflação não é das condicionantes mais significativas para as actividades e políticas económicas.

Estando basicamente controlada a pressão da procura sobre os recursos da economia, agora levantam-se mais as questões de evitar a retracção excessiva das actividades, com repercussões na confiança dos agentes económicos, particularmente nos mercados de capitais e dos próprios consumidores, como forma de gerar actividade económica sustentável.

As projecções económicas recentes sobre a evolução esperada da economia mundial e das principais economias industrializadas, elaboradas por instituições e agências internacionais, ainda não reflectem as previsíveis consequências dos acontecimentos trágicos de 11 de Setembro nos Estados Unidos.

Assim, espera-se que essas projecções sejam objecto de revisão, tendo em atenção os efeitos económicos que a situação internacional actual já indiciam. Com efeito, nos escassos dias após o atentado terrorista, verificam-se em alguns segmentos da economia, designadamente na aviação comercial, quebras de actividade muito significativas, originando situações de despedimentos em grande



escala, de oscilações importantes nos mercados internacionais de matérias primas, designadamente do crude, e movimentos das autoridades monetárias centrais, no sentido de reduzir as taxas de juro, como forma de atenuar os esperados efeitos da desaceleração da economia internacional.

Em suma, as projecções económicas internacionais actuais estão a ser revistas, em função da evolução da reacção político-militar aos atentados, tendo presente que um conflito, mesmo à escala regional, terá impactes significativos, à escala mundial, nos mercados financeiros, de matérias primas e de produtos.





### Indicadores Económicos - Variações Anuais

	1999	2000	Previsão	
			2001	2002
Produção mundial (Tx. Crescimento)	3,5	4,8	3,2	3,9
Comércio mundial (Tx. Crescimento)	5,3	12,4	6,7	6,5
<b>PIB em volume (Tx. Crescimento)</b>				
Área do Euro	2,6	3,4	2,6	2,7
União Europeia	2,6	3,3	2,6	2,7
EUA	4,2	5,0	1,7	3,1
Japão	0,8	1,7	1,0	1,1
<b>Desemprego</b>				
Área do Euro	10,0	9,0	8,3	7,8
União Europeia	9,2	8,2	7,7	7,3
EUA	4,2	4,0	4,6	5,0
Japão	4,7	4,7	4,9	4,8
<b>Inflação (deflator do consumo privado)</b>				
Área do Euro	1,2	2,2	2,2	1,9
União Europeia	1,3	2,5	2,2	2,0
EUA	2,2	3,4	1,9	1,6
Japão	-0,5	-0,5	-0,7	-0,5
<b>Saldo Orçamental Global (% PIB)</b>				
Área do Euro	-1,3	0,3	-0,6	-0,4
União Europeia	-0,8	0,6	-0,2	-0,1
EUA	1,0	2,2	2,1	1,4
Japão	-7,0	-6,3	-6,3	-6,9
<b>Balança Corrente (% do PIB)</b>				
Área do Euro	0,4	-0,1	-0,2	-0,1
União Europeia	0,3	-0,3	-0,4	-0,4
EUA	-3,6	-4,3	-4,2	-4,0
Japão	2,4	2,5	2,2	2,7
<b>Taxas de juro (curto-prazo)</b>				
Área do Euro	3,0	4,4	4,4	4,3
EUA	5,4	6,5	4,6	4,4
Japão	0,2	0,2	0,3	0,2
<b>Taxas de juro (longo prazo)</b>				
Área do Euro	4,7	5,4	4,9	4,9
EUA	5,6	6,0	5,1	5,3
Japão	1,7	1,7	1,4	1,6

FONTES: Perspectives Économiques de l'OCDE, 69, Jun.2000  
IMF, World Economic Outlook, Mai.2001



## **B) Economia Nacional**

Através do quadro de projecções macroeconómicas consideradas nas Grandes Opções do Plano, para 2002, para o conjunto do país, perspectiva-se uma evolução da economia nacional, próxima dos níveis previstos para o corrente ano de 2001, embora com algumas alterações, ao nível de alguns agregados macroeconómicos.

Com efeito, projecta-se uma estabilização da taxa de crescimento do produto interno bruto, com um intervalo de variação semelhante ao estimado para 2001.

Estas projecções ficam aquém das constantes do Programa de Estabilidade e Emprego, apresentado pelo Governo Português, onde os ritmos de crescimento económico, medido pelas variações, em termos reais, do Produto Interno Bruto, se situavam em valores anuais acima dos 3%/ano. Este abrandamento em relação ao passado recente traduz, para além dos factores de instabilidade do enquadramento externo, uma correcção da trajectória de crescimento elevado nos últimos anos, constituindo-se assim num processo de necessário ajustamento económico, com repercussões favoráveis ao nível do défice externo e também dos níveis de endividamento que se vinham registando.

Ao nível da procura interna, cujo ritmo de crescimento esperado para 2002 se situa no intervalo entre 1,5 a 2%, destaca-se uma projecção mais favorável do investimento na economia, entre 3% a 4%, por



contrapartida de variações menores, inferiores a 1%, do consumo público, e da manutenção dos ritmos de crescimento do consumo privado observado no corrente ano de 2001. Ainda no caso particular do investimento, perspectiva-se para 2002 uma certa estabilidade ao nível do sector de habitação, em paralelo com uma aceleração do investimento empresarial, sendo de esperar uma estabilização dos níveis de investimento público.

No que concerne à variação dos preços no consumidor, haverá a registar, no corrente ano de 2001, um aumento da inflação, com valores superiores a 4%, derivado essencialmente do crescimento dos preços de alguns bens alimentares, por via do aumento de preços de produtos substitutos da carne bovina, face às notícias relacionadas com a BSE, e das condições climáticas especialmente adversas (elevada pluviosidade) durante o Inverno deste ano, que veio a condicionar os preços de outros bens alimentares.

Para 2002, a projecção do aumento dos preços no consumo aponta para valores inferiores aos esperados para 2001, baseando-se essa expectativa na hipótese de alguma desaceleração dos preços internacionais, numa diminuição das pressões salariais e também de situações normais ao nível da produção interna de bens alimentares.

O crescimento acelerado da economia nacional no passado recente permitiu que se atingisse o quase pleno emprego da população activa residente e inclusivamente a entrada de mão de obra estrangeira para ocupação de segmentos da estrutura produtiva, designadamente ao nível



da construção civil e em alguns serviços. O abrandamento recente do crescimento económico implica, necessariamente, menores ritmos de criação de emprego, embora se projecte a manutenção de níveis relativamente baixos da taxa de desemprego, que continuará com grande probabilidade a ser das menores das Europa comunitária.

I- Quadro Macroeconómico  
(Taxas de crescimento em volume)

Anos	2001	2002
PIB .....	1,75-2,25	1,75-2,25
Consumo Privado .....	1,25-1,75	1,25-1,75
Consumo Público .....	1,75	0,9
Investimento .....	1,5-2,5	3-4
Procura Interna .....	1,5-2	1,5-2
Exportações .....	4-5	2-4
Importações .....	2,5-3,5	1,75-3,25
Deflator do Cons. Priv.....	4,3-4,4	2,5-3
Crescimento do Emprego .....	1,5-1,75	0,5

Fonte: GOP 2002.

As projecções macroeconómicas apresentadas no âmbito das GOP's para 2002 são condicionadas por um conjunto de hipóteses, havendo naturalmente riscos associados à sua não verificação, que poderão originar evoluções diferenciadas às projectadas. Assim, haverá que ter em conta a evolução da economia internacional, designadamente da possibilidade de uma desaceleração mais acentuada e mais prolongada nas economias industrializadas, com destaque para a economia americana, derivada não só de tendências que se vinham observando, como as decorrentes dos acontecimentos extraordinários de 11 de Setembro de 2001. Por outro lado, ao nível interno, será necessário



Região Autónoma dos Açores  
Presidência do Governo Regional  
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento  
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

que a evolução salarial seja mais consentânea com o crescimento da produtividade, o que a não se verificar provocará a deterioração da competitividade das empresas, com repercussões negativas ao nível do crescimento económico e do mercado de trabalho.



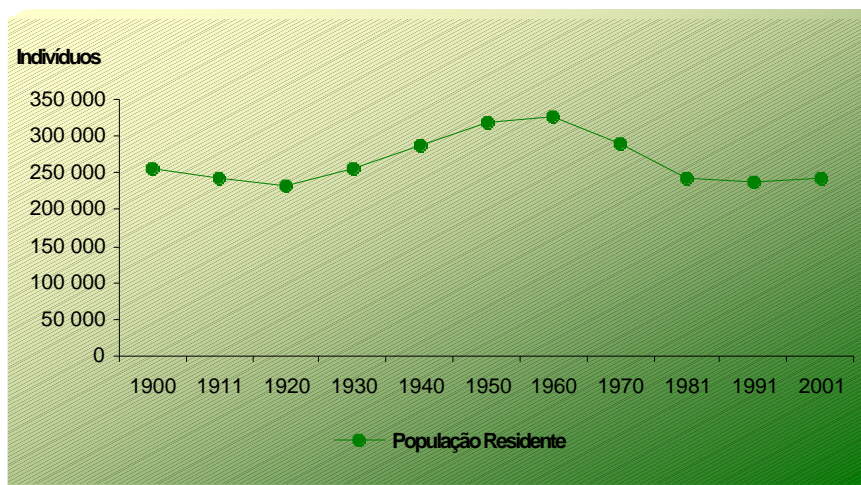
## C) Economia Regional

### Recursos Humanos

A Região, na última década, viu crescer a sua população residente em cerca de 1,8%. Os resultados preliminares do XIV Recenseamento Geral da População, recentemente divulgados pelo INE, atribuem aos Açores uma população de 242 073 indivíduos, mais 4 278 do que as recenseadas em 1991, aproximando-se dos valores atingidos em 1981 bem como dos registados no início do século, mais propriamente em 1911.

A evolução da população nos últimos 100 anos parece denotar uma certa estabilização à volta dos 240 000 habitantes, após um período de maior expansão compreendido entre a década de 30 e 60, em que a população chegou a atingir os 327 000 residentes.

A população residente nos últimos 100 anos





O acréscimo da população residente dos Açores, revelado nos dados preliminares do Recenseamento de 2001, não é uniforme no tocante à evolução verificada ao nível de cada uma das ilhas do arquipélago.

#### Evolução da População Residente

<b>Ilha</b>	<b>1991<sup>1</sup></b>	<b>2001<sup>2</sup></b>	<b>Δ %</b>
Santa Maria	5 922	5 628	-5,0
São Miguel	125 915	131 510	4,4
Terceira	55 706	55 794	0,2
Graciosa	5 189	4 770	-8,1
São Jorge	10 219	9 681	-5,3
Pico	15 202	14 804	-2,6
Faial	14 920	15 476	3,7
Flores	4 329	3 992	-7,8
Corvo	393	418	6,4
<b>Região</b>	237 795	242 073	1,8

1 -Recenseamento Geral da População.

2 - Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População .

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

As ilhas de São Miguel, Faial e Corvo, apresentam crescimentos entre os 3,7% e os 6,4% relativamente à população de 1991, enquanto que a ilha Terceira mantém praticamente o mesmo nível de habitantes. Nas restantes ilhas verifica-se um decréscimo da população residente, atingindo a Graciosa e as Flores as variações mais acentuadas, respectivamente de -8,1% e -7,8%.



Ainda não estão disponíveis elementos necessários para uma análise do grau de envelhecimento da população nem do impacto desta evolução ao nível da população activa e do respectivo mercado de trabalho.

Constata-se no entanto um reforço ligeiro relativo à relação de masculinidade (rácio homens / mulheres) existente em 1991. Embora continuemos a ser uma região com mais mulheres do que homens, esta relação aumentou de 97% em 1991, para 98% em 2001: existem 98 homens para cada 100 mulheres.

### **Produto Interno Bruto**

O desenvolvimento relativo de uma região pode ser avaliado através da análise do Produto Interno Bruto (PIB), entendido como a medida da produção total gerada no seio da respectiva economia.

O Instituto Nacional de Estatística divulgou os primeiros resultados das Contas Regionais 1995 – 1998 e estimativas preliminares de 1999, de acordo com o novo sistema de contas económicas, Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade (SEC 95).





**Produto Interno Bruto**

a preços de mercado

Unid: 10<sup>6</sup> Euro

	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
1. RAA	1 376	1 444	1 534	1 711	1 837
2. País	80 874	86 429	93 037	101 052	107 630
% (1/2)	1,70	1,67	1,65	1,69	1,71

Fonte: INE, Contas Regionais 1995-1999.

Estima-se que em 1999, o Produto Interno Bruto, a preços de mercado, atinja o montante de 1 837 milhões de euros. Este valor representa um crescimento nominal de 7,3% em relação ao ano anterior, traduzindo um crescimento real da economia açoriana na ordem dos 4,8%, enquanto que a nível nacional o crescimento real situou-se nos 4,1%.

Tendo em conta estes elementos fornecidos pelo INE, verifica-se que a Região, a partir de 1997, conseguiu crescer em termos reais a um ritmo superior ao País, confirmando assim as perspectivas quanto à convergência com o todo nacional.

O Instituto Nacional de Estatística ainda não divulgou qualquer estimativa do Produto Interno Bruto Regional para o ano de 2000. No entanto, conhecendo-se a evolução do emprego na Região nesse ano, 1,9%, e partindo do princípio que o ritmo de crescimento da produtividade da economia do arquipélago acompanhou a tendência verificada no conjunto do país, 2,6%, o PIB gerado nos Açores deverá ter crescido entre 4% e 5%.



### Taxas de Variação Anual do PIB– em termos reais



### Desagregação Sectorial

Fonte: INE, Contas Regionais 1995 - 1999.

%

Sectores	1995	1996	1997	1998
Agricultura, Silvicultura e Pesca	12,8	12,6	11,2	9,6
Indústria, Construção, Energia e Água	16,2	16,5	16,4	15,6
Serviços	71,0	70,9	72,4	74,8

O PIB per capita teve uma evolução semelhante à do anterior agregado, continuando a representar, em 1999, cerca de 70% do PIB per capita nacional, após uma ligeira inflexão da tendência anterior em 1996 e 1997, conforme foi apurado neste novo método de cálculo das Contas Regionais utilizado pelo Instituto Nacional de Estatística.



*PIB pm per capita*

Unid.: 10<sup>3</sup> Euro

	1995	1996	1997	1998	1999
RAA	5,7	6,0	6,3	7,0	7,5
País	8,2	8,7	9,4	10,1	10,8

Fonte: INE, Contas Regionais 1995-1999.

A distribuição sectorial da produção interna na Região revela a ascendência que o sector de serviços vem assumindo na economia regional. A confirmarem-se estes valores, verifica-se uma diminuição do peso do sector primário (Agricultura, Silvicultura e Pesca) na economia do arquipélago, à semelhança do que acontece, mas em menor escala, com o sector secundário, que compreende as actividades da Indústria, Construção, Energia e Água.

## **Mercado de Emprego**

A análise da informação estatística contida no Inquérito ao Emprego referente ao ano 2000 permite concluir que nesse ano foram criados 1852 postos de trabalho, representando um aumento de 1.7 % nos homens e de 2.3% nas mulheres.



*Estadísticas do Emprego*

	Unid: N.º Individuos	
	1999	2000
População Activa	99 910	101 494
População Empregada	96 634	98 486
População Desempregada	3 276	3 008
Taxa de Actividade	40,7 %	41,1 %
Taxa de Desemprego	3,3 %	3,0 %

Fonte: SREA – Inquérito ao Emprego .

O Plano a Médio Prazo, no capítulo referente à Estratégia e Objectivos, referia “a necessidade de criação líquida de 5.900 postos de trabalho na economia regional, para o período 2000-2004, em ordem à absorção de uma oferta crescente de mão de obra, proporcionalmente superior no segmento feminino.” (pág. II-2). Para a prossecução deste objectivo seria necessário gerar uma média de 1180 postos de trabalho por ano.

Assim, foi já atingido 31.4% do objectivo proposto para os 5 anos, revelando um acréscimo de 57% relativamente ao objectivo anual.

Verifica-se que a taxa de desemprego se situou nos 3%, diminuindo o desemprego masculino, com uma taxa de 1.5%, tendo o desemprego feminino mantido a taxa de 5.6%. A taxa de actividade subiu para 41.1%, com acréscimos tanto nos homens como nas mulheres.



Os elementos conhecidos do 1º semestre de 2001, referentes ao Inquérito ao Emprego, permitem perspectivar uma evolução positiva destas componentes do mercado de trabalho. Em comparação com o período homólogo de 2000, a População Activa e a População Empregada sobem, respectivamente, 0,6% e 1,7%, provocando uma diminuição da taxa de desemprego em 29%, que atinge neste 1º Semestre de 2001 o valor de 2,4%, o mais baixo de sempre.

*Estadísticas do Emprego*

	1º Semestre	Varição
	2001	Homóloga
População Activa	102 254	0,6 %
População Empregada	99 836	1,7 %
População Desempregada	2 418	- 29,7 %
Taxa de Desemprego	2,4%	-29,4%

Fonte: SREA – Inquérito ao Emprego.

O valor reduzido da taxa de desemprego para a Região Autónoma dos Açores indicia uma situação, em termos técnicos, que se pode considerar de Pleno Emprego. Com efeito, a necessidade de mão-de-obra, que se fez sentir quer na sequência do processo da reconstrução, devido ao sismo de 1998, quer como resultado da dinâmica de diversos sectores económicos, nomeadamente da Habitação e Turismo, nas ilhas de São Miguel e Terceira, foi satisfeita com o recurso à “importação” de mão-de-obra vinda do estrangeiro, nomeadamente de países do leste europeu.



No caso dos trabalhadores estrangeiros, os processos existentes de legalização, por informação da Inspeção Regional do Trabalho, aproximam-se dos 1 470, localizando-se cerca de 900 na Horta, 300 em Angra do Heroísmo e perto de 270 em Ponta Delgada. Por outro lado, os Serviços de Estrangeiros já autorizaram cerca de 400 processos na Horta, 270 em Angra do Heroísmo e 120 em Ponta Delgada.

## Preços

A taxa de inflação média, nos Açores, em Dezembro de 2000, atinge o valor de 1,9%, um dos valores mais baixos de sempre. Em 1999, a variação do índice de preços no consumidor nos Açores era de 2,5%. O sentido desta evolução foi inverso ao observado no País e na UE, onde os mercados de preços registaram uma aceleração relativamente ao ano anterior.

*Índice de Preços no Consumidor – Total excepto habitação*  
Variação média dos últimos 12 meses

	RAA	RAM	País	UE	%
Dezembro 1999	2,5	1,9	2,3	1,2	
Dezembro 2000	1,9	2,7	2,8	2,4	

Fonte: SREA, Eurostat.

O primeiro semestre de 2001 foi caracterizado por variações positivas nos preços, quer em termos de evoluções mensais, bem como variações homólogas. Consequentemente, a variação média dos últimos 12 meses do índice de preços no consumidor tem vindo a aumentar,



embora nos Açores esse valor continue a ser inferior ao verificado no todo nacional, bem como no conjunto dos países da União Europeia.

**Índice de Preços no Consumidor**  
Variação média dos últimos 12 meses

	RAA	RAM	País	%
Agosto 2001	2,7	3,5	4,3	

Fonte: INE.

### Aspectos Sectoriais

Os indicadores de conjuntura disponíveis e que permitem uma visão actualizada da economia regional, revelam que no ano 2000 a economia açoriana teve um desempenho globalmente positivo, tendo em conta a evolução em relação ao ano anterior.

Porém haverá que destacar duas situações: o sector das pescas que nos últimos anos, face à redução da safra do atum, tem vindo a apresentar valores de captura em decréscimo, e a utilização do cimento na construção civil e obras públicas que teve crescimentos “anormais” no período 96 / 99, decorrentes não só do nível de actividade deste sector, mas também para fazer face às necessárias obras de recuperação dos efeitos devastadores das intempéries de 1996 /1997 e do sismo de 1998.



*Indicadores de Conjuntura*

		%
	2000 / 1999	1º Semestre (2001/2000)
Gado abatido nos matadouros	+ 3,8	- 11,9
Leite entregue nas fábricas	+ 5,9	- 6,2
Quantidade Pesca Descarregada	- 17,2	- 28,8
Valor Pesca Descarregada	+ 1,5	- 22,0
Produção de Manteiga e Queijo	+ 7,5	- 3,5
Produção e importação de Cimento	- 2,1	+ 25,2
Produção de Energia Eléctrica	+ 6,6	+ 7,3
Dormidas Estabelecimentos Hotelaria Tradicional	+ 10,5	+ 29,1
Receitas Totais Estab. Hotelaria Tradicional	+ 12,9	+ 29,0

Fonte: INE, SREA e EDA.

No 1º semestre de 2001, mantém-se a tendência observada no sector das pescas, havendo a destacar os efeitos conjunturais da intervenção necessária no sector agro-pecuário, para efeitos de política de combate à BSE. Nos restantes sectores observam-se evoluções francamente favoráveis, quer ao nível dos indicadores relativos à actividade do sector secundário, quer principalmente do forte crescimento do sector turístico e das actividades com ele relacionadas.

Com efeito, no 1º semestre de 2001, as dormidas nos estabelecimentos na Hotelaria Tradicional (Hotéis, Pensões, Estalagens, Hotéis-Apartamento e Apartamentos Turísticos) aumentou em relação ao período homólogo, cerca de 29%, sendo o ritmo de crescimento das receitas na mesma ordem de grandeza.





### III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

#### A) Sector Público Administrativo

Tendo em vista a análise da execução do Orçamento Regional do corrente ano, apresenta-se, de seguida, um quadro resumo com os valores da receita e despesa do primeiro semestre.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - PRIMEIRO SEMESTRE 2001

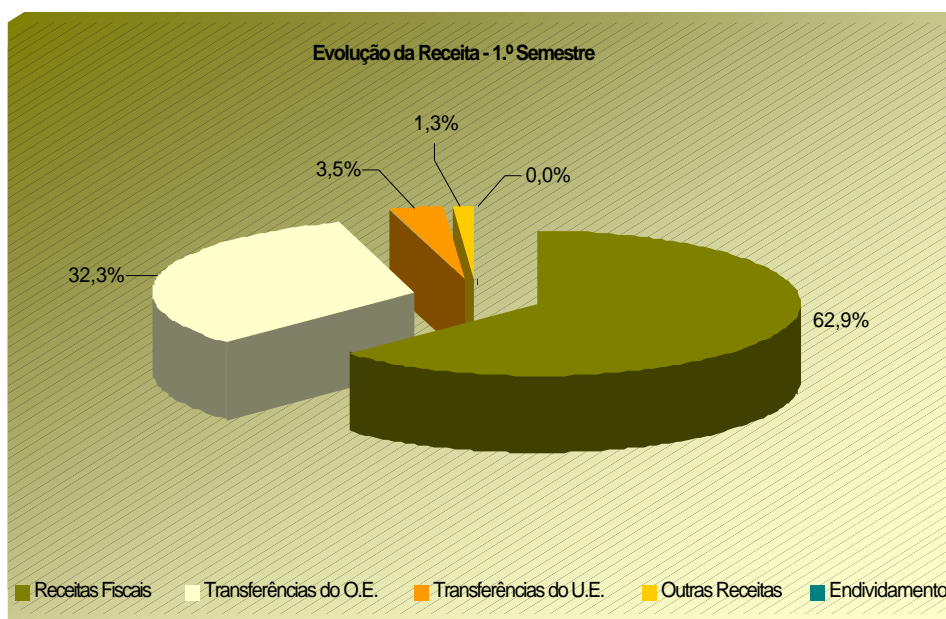
Un: Euros

	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Totais	809.000.309,25	278.572.450,01	34,43%
Receitas Fiscais	420.436.747,43	175.136.256,75	41,66%
IRS	86.890.593,67	24.341.380,88	28,01%
IRC	39.903.831,77	5.082.082,57	12,74%
IVA	237.677.197,95	119.421.772,77	50,25%
Outras Receitas Fiscais	55.965.124,04	26.291.020,53	46,98%
Transferências do O.E.	191.588.272,26	90.060.479,22	47,01%
Transferências do U.E.	82.301.653,02	9.730.461,61	11,82%
Outras Receitas	23.942.299,06	3.645.252,43	15,23%
Sub-Total	718.268.971,77	278.572.450,01	38,78%
Endividamento	90.731.337,48	0,00	0,00%
Despesas Totais	809.000.289,29	297.816.866,64	36,81%
Funcionamento	537.217.450,93	216.159.505,82	40,24%
Despesas com Pessoal	232.872.886,34	116.306.107,03	49,94%
Remunerações certas	192.667.650,96	98.775.048,85	51,27%
Abonos variáveis	11.598.168,41	5.029.375,85	43,36%
Segurança Social	28.607.066,97	12.501.682,33	43,70%
Transferências	194.150.178,07	88.564.478,56	45,62%
Juros da Dívida Pública	13.268.024,06	1.189.527,38	8,97%
Outras	96.926.362,46	10.099.392,85	10,42%
Investimento	271.782.838,36	81.657.360,82	30,05%



Relativamente às receitas fiscais, o valor arrecadado foi de 175.136 milhares de euros, o que representa 68,2% do total da receita, destacando-se no âmbito desta o IVA (119.422 milhares de euros).

No que reporta às restantes receitas salientam-se as transferências do O.E., com 90.060 milhares de euros.



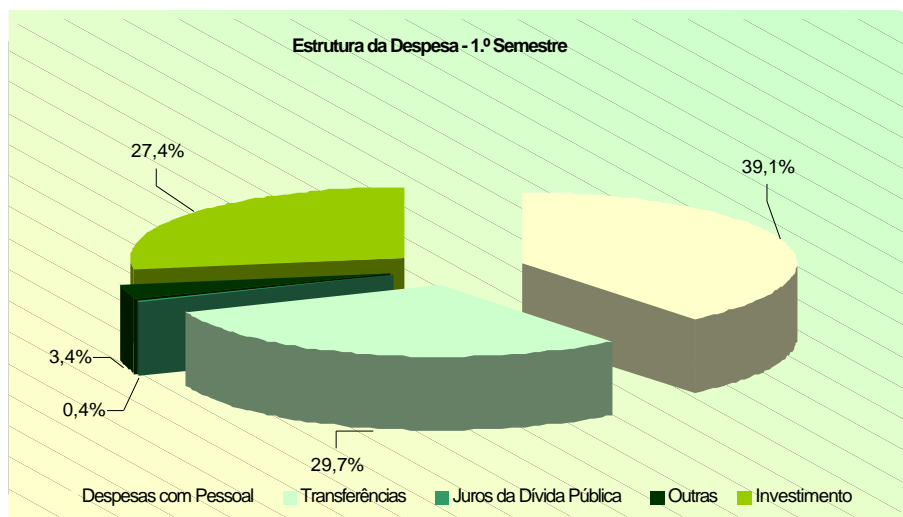


Apesar das reduções registadas no IRS (-36,5%), no IRC (-65,9%) e nas transferências da U.E. (-44,8%) o montante arrecadado da receita foi de 278.572 milhares de euros, mais 4.221 milhares de euros do que em 2000, aumento este, sustentado pelos acréscimos registados no IVA (9,4%), outras receitas fiscais (16,3%) e nas transferências do O.E. (35,6%).

No que concerne à despesa, o valor global desta, no final do primeiro semestre, foi de 297.817 milhares de euros, mais 6,3% do que no ano anterior. Contudo, convém salientar, que se verificou uma redução no ritmo de crescimento em 3,3 pontos percentuais.

Quanto às despesas de funcionamento, estas atingiram os 216.160 milhares de euros, mais 9,7% do que no ano 2000, salientando-se igualmente, ter sido este crescimento inferior ao registado no ano anterior em 0,7%.

As despesas de investimento registaram uma execução de 81.657 milhares de euros, valor inferior ao registado em período homólogo do ano de 2000 ( menos 1.436 milhares de euros).



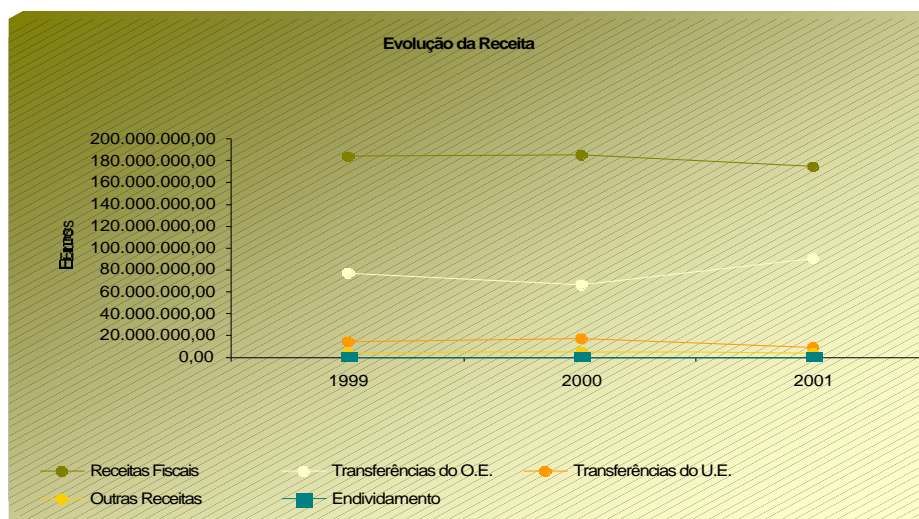
### Execução Orçamental – Primeiro Semestre (1999-2001)

Un: Euros

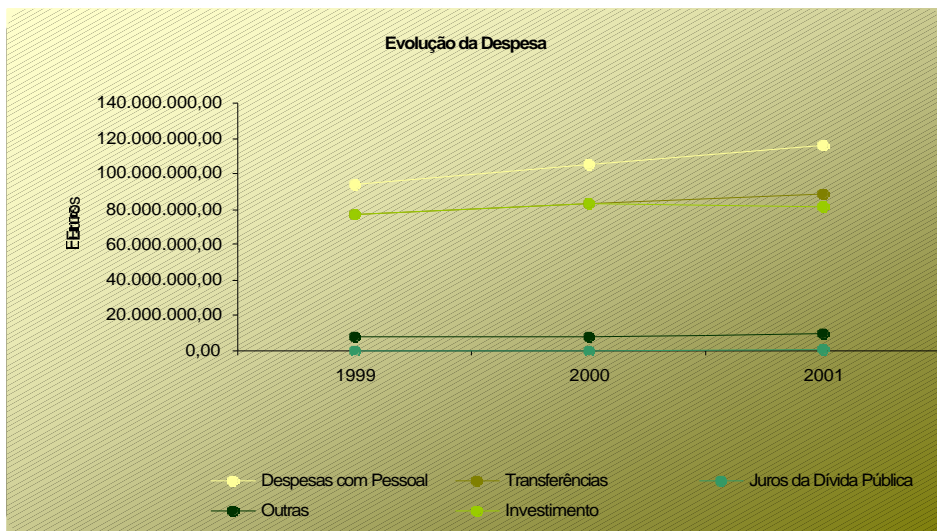
	1999		2000		2001	
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO
<b>Receitas Totais</b>	<b>653.186.715,02</b>	<b>279.058.444,39</b>	<b>697.729.437,07</b>	<b>274.351.631,54</b>	<b>809.000.309,25</b>	<b>278.572.450,01</b>
<b>Receitas Fiscais</b>	<b>351.078.899,85</b>	<b>183.431.298,95</b>	<b>395.783.661,39</b>	<b>185.020.630,90</b>	<b>420.436.747,43</b>	<b>175.136.256,75</b>
IRS	84.795.642,50	45.520.535,03	84.795.642,50	38.320.270,51	86.890.593,67	24.341.380,88
IRC	34.915.852,79	18.136.824,85	32.421.863,31	14.904.878,88	39.903.831,77	5.082.082,57
IVA	186.051.615,60	98.111.573,69	230.679.063,46	109.189.256,78	237.677.197,95	119.421.772,77
Outras Receitas Fiscais	45.315.788,96	21.662.365,38	47.887.092,12	22.606.224,73	55.965.124,04	26.291.020,53
<b>Transferências do O.E.</b>	<b>182.027.528,66</b>	<b>77.572.719,74</b>	<b>177.927.305,20</b>	<b>66.404.779,48</b>	<b>191.588.272,26</b>	<b>90.060.479,22</b>
<b>Transferências do U.E.</b>	<b>70.829.301,38</b>	<b>14.071.586,85</b>	<b>87.040.233,04</b>	<b>17.641.419,92</b>	<b>82.301.653,02</b>	<b>9.730.461,61</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>13.347.133,41</b>	<b>3.982.838,85</b>	<b>12.038.342,59</b>	<b>5.284.801,24</b>	<b>23.942.299,06</b>	<b>3.645.252,43</b>
<b>Sub-Total</b>	<b>617.282.863,30</b>	<b>279.058.444,39</b>	<b>672.789.542,22</b>	<b>274.351.631,54</b>	<b>718.268.971,77</b>	<b>278.572.450,01</b>
Endividamento	35.903.851,72	0,00	24.939.894,85	0,00	90.731.337,48	0,00
<b>Despesas Totais</b>	<b>653.186.715,02</b>	<b>255.082.615,86</b>	<b>697.729.437,04</b>	<b>280.166.830,31</b>	<b>809.000.289,29</b>	<b>297.816.866,64</b>
<b>Funcionamento</b>	<b>393.819.634,68</b>	<b>178.479.413,70</b>	<b>445.627.891,76</b>	<b>197.055.978,01</b>	<b>537.217.450,93</b>	<b>216.159.505,82</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>195.584.715,84</b>	<b>93.652.094,17</b>	<b>218.325.934,50</b>	<b>105.421.138,47</b>	<b>232.872.886,34</b>	<b>116.306.107,03</b>
Remunerações certas	165.362.895,42	79.796.757,30	182.431.225,74	88.894.372,91	192.667.650,96	98.775.048,85
Abonos variáveis	7.780.279,53	3.302.270,56	11.107.271,48	5.046.210,27	11.598.168,41	5.029.375,85
Segurança Social	22.441.540,89	10.553.066,31	24.787.437,28	11.480.555,29	28.607.066,97	12.501.682,33
<b>Transferências</b>	<b>156.502.838,16</b>	<b>77.132.550,54</b>	<b>187.375.086,03</b>	<b>83.362.266,16</b>	<b>194.150.178,07</b>	<b>88.564.478,56</b>
<b>Juros da Dívida Pública</b>	<b>6.460.430,36</b>	<b>0,00</b>	<b>10.305.164,55</b>	<b>162.679,61</b>	<b>13.268.024,06</b>	<b>1.189.527,38</b>
<b>Outras</b>	<b>35.271.650,32</b>	<b>7.694.768,99</b>	<b>29.621.706,68</b>	<b>8.109.893,77</b>	<b>96.926.362,46</b>	<b>10.099.392,85</b>
<b>Investimento</b>	<b>259.367.080,34</b>	<b>76.603.202,16</b>	<b>252.101.545,28</b>	<b>83.110.852,30</b>	<b>271.782.838,36</b>	<b>81.657.360,82</b>



Tal como se constata no quadro anterior, em termos globais, verificou-se, nas receitas, entre 1999 e 2000, uma redução de 1,7%, resultante do decréscimo registado em algumas rubricas, nomeadamente no IRS, IRC e Transferências do Orçamento do Estado. Em 2001, observou-se um crescimento de 1,5%, relativamente a 2000, explicado, em grande parte, pelo aumento das transferências do O.E..



No que respeita à despesa, no período 1999-2001, registou-se um crescimento na ordem dos 9,8% (1999-2000) e 6,3% (2000-2001) justificado, essencialmente, pelo aumento ocorrido nas “Despesas com Pessoal”.





## B) Sector Empresarial da Região

Em 2000, o capital social da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., registou um aumento de 12.562 milhares de euros, situando-se nos 69.832 milhares de euros. A SATA AIR AÇORES – Serviço Açoreano de Transportes Aéreos e a LOTAÇOR – Serviço Açoreano de Lotas continuam a ser detidas por capitais totalmente públicos, não se tendo verificado, qualquer alteração nos capitais sociais.

	Un: Euros		
	EDA, S.A	SATA, S.A	LOTAÇOR,E.P.
<b>ACTIVO LÍQUIDO</b>	335.998.985,20	66.153.021,22	14.204.965,16
<b>PASSIVO</b>	293.170.151,80	54.654.622,36	11.696.252,96
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	42.828.833,41	11.498.398,86	2.508.712,20
<b>CUSTOS C/PESSOAL</b>	26.113.221,78	16.777.895,27	2.152.899,14
<b>AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES</b>	14.121.329,07	38.676.075,66	599.179,01
<b>PROVEITOS</b>	83.809.973,36	42.119.482,05	32.411.744,99
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	113.416,59	-9.366.057,80	47.697,51

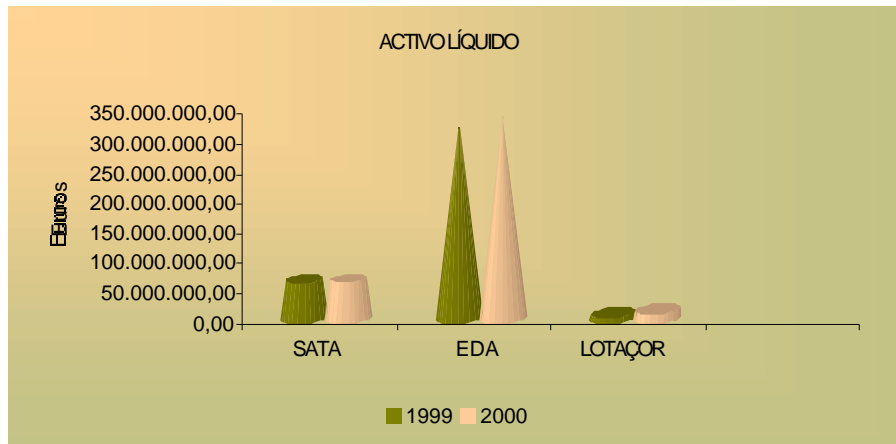
Da análise aos elementos históricos disponíveis, há a salientar o seguinte:

### - Activo Liquido

O Activo Liquido Total da EDA cresceu 6,0%, situando-se agora nos 335.999 milhares de euros. Na LOTAÇOR, este crescimento foi mais significativo, 55,0%, explicado pela

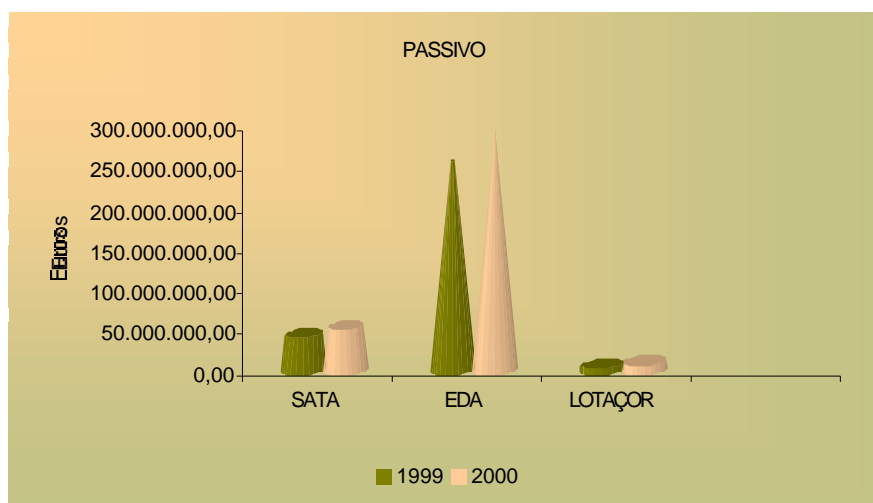


aquisição de 20,0% do capital social da COFACO Açores – Indústria de Conservas, S.A.. A SATA, apresenta um aumento do seu Activo Líquido Total de apenas 1,0%.



#### - Passivo

Relativamente ao Passivo, há a salientar crescimentos na EDA, S.A, SATA, EP e na Lotaçor, EP, de 14,2%, 22,4% e 54,4% respectivamente.

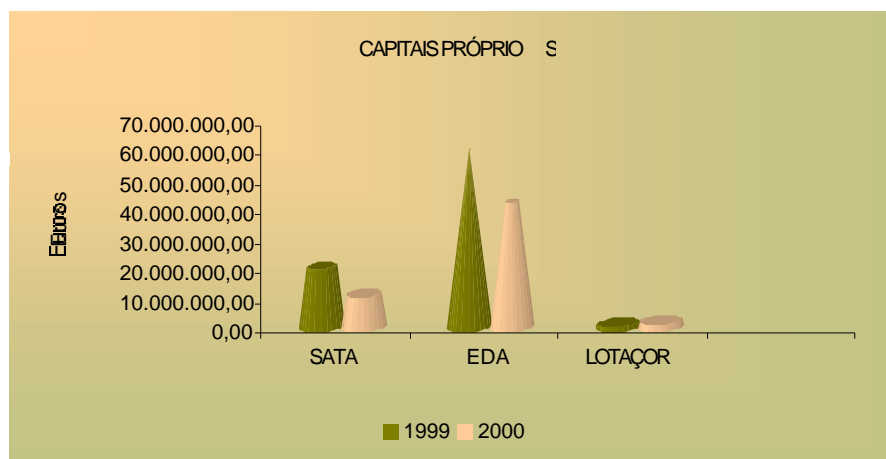






### - Capitais Próprios

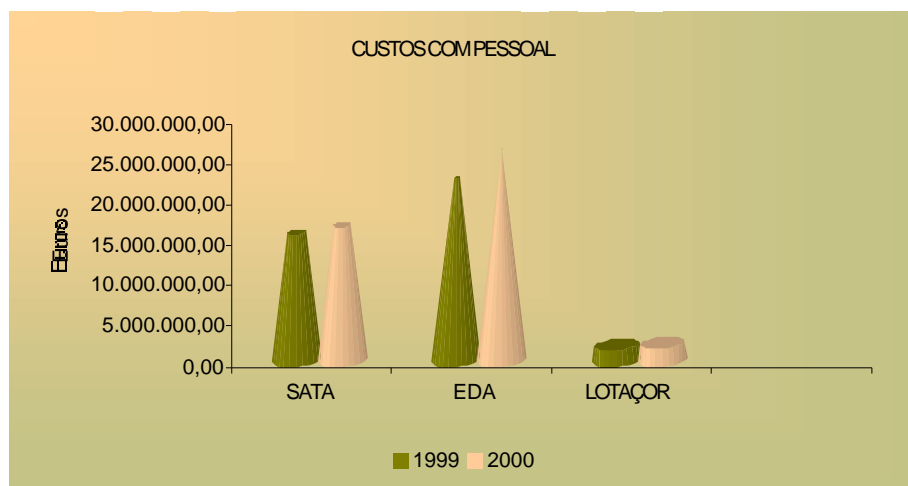
O aumento dos Capitais Próprios na LOTAÇOR, na ordem dos 57,7%, deveu-se quer à diminuição do valor negativo dos resultados transitados (-461 milhares de euros), quer ao resultado líquido positivo do exercício. Quanto à EDA, não obstante o aumento do Capital Social, os Capitais Próprios apresentaram uma redução na ordem dos 29,0%, em sequência de uma significativa redução dos resultados transitados. A SATA, apresenta um decréscimo dos seus Capitais Próprios na ordem dos 44,8%, justificado pela diminuição dos resultados transitados.





## - **Pessoal**

Na EDA, S.A., em 2000, os Custos com Pessoal atingiram cerca de 26.113 milhares euros, apresentando um aumento de 15,6% relativamente ao ano anterior. Quanto à SATA, o crescimento das Despesas com Pessoal foi na ordem dos 6,0%. Relativamente à Lotaçor, os Custos com Pessoal sofreram um aumento de 7,3%.



## - **Amortizações e Provisões**

Quanto à variação das amortizações e provisões, a EDA apresenta um aumento de 17,9%, resultante, por um lado, do aumento das amortizações do imobilizado corpóreo, devido ao volume de investimento do ano e da passagem à exploração de imobilizado que se encontrava em curso, e por outro lado devido à absorção pela conta de exploração dos encargos financeiros relacionados com o financiamento do imobilizado. A SATA, apresentou um aumento de 22,3%, justificado pelo significativo aumento das provisões, 219,4%. Na LOTAÇOR,



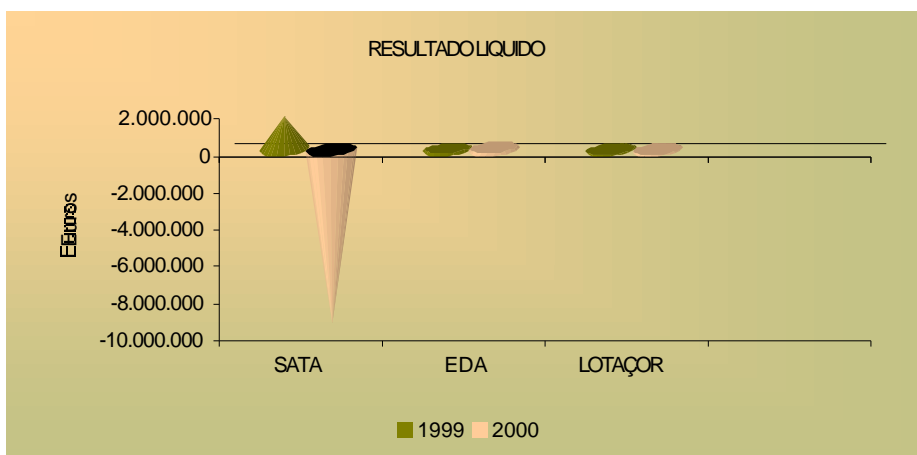
verificou-se igualmente um aumento, 14,5%, o qual se deveu, a um aumento das amortizações em 26,6%, que mais que compensou a redução de 80,0% das provisões.

#### - **Proveitos**

Os Proveitos gerados pela EDA, registaram um crescimento de 3,3%. Quanto à LOTAÇOR, este acréscimo foi na ordem de 7,8%. A SATA registou um decréscimo de 10,9%.

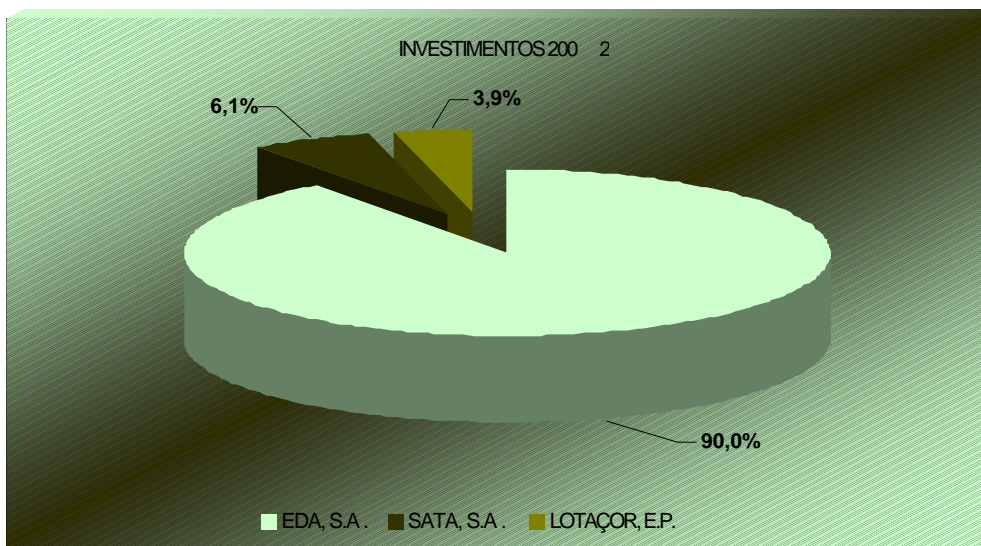
#### - **Resultado Líquido**

O Resultado Líquido da EDA, atingiu os 113 milhares de euros, observando-se a tendência dos anos anteriores, de melhoria de resultados. Relativamente à SATA, o seu Resultado Líquido deteriorou-se significativamente em relação ao ano de 1999, situando-se nos -9 366 milhares de euros. Na LOTAÇOR, o Resultado Líquido apresentou um acréscimo significativo ( 59,1%), tendo atingido os 47 milhares de euros.





O total de investimentos previstos, pelas empresas atrás referidas, atinge 38.279 milhares de euros, dos quais 34.433 milhares de euros são da responsabilidade da EDA, S.A., o que representa cerca de 90,0% do total. Na SATA, S.A., prevê-se um montante de 2.335 milhares de euros e apenas de 1.511 milhares de euros na Lotaçor, E.P..





### C) Administração Local

No quadro seguinte podemos observar a evolução das receitas e despesas municipais na Região Autónoma dos Açores, no período 1998 - 2000, o que nos permite. Os valores relativos a 2001 só serão conhecidos em Maio de 2002 e por outro lado, considerar valores orçamentados ou previstos para esse ano não parece muito esclarecedor, pois estes estão geralmente sobreavaliados. A título de exemplo, o total de receitas previsto para 2000 era de 209 milhões de euros, ficando o valor real pelos 125 milhões.

	Milhares de euros						
	1998		1999		2000		
Receitas	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Var 99/2000
Receitas Locais	14.836,00	13,62%	15.272,00	13,02%	17.511,00	14,08%	14,66%
Fundos OE	48.772,00	44,78%	54.234,00	46,24%	60.811,00	48,88%	12,13%
Fundos Comunitários	24.632,00	22,61%	30.272,00	25,81%	18.014,00	14,48%	-40,49%
Outras Transferências	5.278,00	4,85%	7.043,00	6,01%	10.254,00	8,24%	45,59%
Empréstimos	15.403,00	14,14%	10.457,00	8,92%	17.818,00	14,32%	70,39%
<b>Totais</b>	<b>108.921,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>117.278,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>124.408,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>6,08%</b>
Despesas	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Var 99/2000
Pessoal	25.414,00	23,48%	29.028,00	24,88%	31.507,00	25,34%	8,54%
Bens e Serviços	10.799,00	9,98%	13.302,00	11,40%	13.530,00	10,88%	1,71%
Juros	1.448,00	1,34%	1.274,00	1,09%	1.587,00	1,28%	24,57%
Amortizações	4.362,00	4,03%	4.440,00	3,81%	7.295,00	5,87%	64,30%
Investimentos	58.268,00	53,82%	62.642,00	53,69%	63.581,00	51,14%	1,50%
Transferências	7.517,00	6,94%	5.376,00	4,61%	6.280,00	5,05%	16,82%
Outras despesas	450,00	0,42%	603,00	0,52%	539,00	0,43%	-10,61%
<b>Totais</b>	<b>108.258,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>116.665,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>124.319,00</b>	<b>100,00%</b>	



No ano de 2000, os municípios obtiveram receitas no valor global de 124,4 milhões de euros (cerca de 25 milhões de contos), aumentando cerca de 6%, relativamente ao ano anterior. O crescimento no ano anterior tinha sido um pouco superior, 7,7%. Os fundos recebidos do Orçamento do Estado, pela aplicação da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, alterada pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto) representaram em 2000, 49% das receitas totais, sendo de longe a maior fonte de financiamento municipal na RAA. Em segundo lugar, em termos de grandeza, surgem os fundos comunitários da União Europeia, com um peso relativo da ordem dos 14,5%. De realçar o grande decréscimo desta receita (40,5%), fazendo com que o volume destas transferências tenha atingido o valor mais baixo dos últimos 6 anos. A verdade é que em 1999 estas receitas ultrapassaram pela única vez os 6 milhões de contos. Terá havido uma maior concentração de investimento nesse ano, e por conseguinte o valor mais baixo no ano seguinte, que foi o último do anterior Quadro Comunitário (QCA II). Por outro lado, verifica-se um aumento significativo da ordem dos 15% nas receitas cobradas localmente.

Finalmente, convirá destacar o comportamento de outras duas fontes de receita municipal: as transferências do Governo Regional, normalmente resultantes de contratos ARAAL e os empréstimos contraídos para investimentos. As primeiras atingiram cerca de 1,8 milhões de contos, aumentando 101% e os segundos cresceram 70,4%, atingindo 3,6 milhões de contos em 2000.



No que diz respeito às despesas, podemos referir que o seu crescimento foi ligeiramente superior ao das receitas, atingindo 6,6%, através do recurso ao saldo transitado de 1999, que no total dos 19 municípios foi de 594 mil contos.

É interessante constatar que apesar da redução de 40% nas receitas dos fundos comunitários, os investimentos mesmo assim aumentaram 1,5%. Isso deve-se naturalmente ao excelente comportamento verificado nas transferências (do orçamento do Estado e do Governo Regional) e dos empréstimos contraídos. As receitas de capital, que na sua maioria são aplicadas em investimentos, ultrapassaram ligeiramente os 14 milhões de contos em 2000, crescendo 47%). O facto dos investimentos apenas aumentarem 1,5% deve-se em certa medida ao aumento de 64,3% nas despesas de amortização de empréstimos – estas despesas também são suportadas pelas receitas de capital.

O crescimento de 8,5% nas despesas de pessoal mostra que estes encargos aumentaram mais do que o simples aumento anual de vencimentos. Este aumento deve-se em parte à remuneração complementar, atribuída a partir de 2000 (Decreto Legislativo Regional n.º 3/2000/A, de 12 de Janeiro).



No que respeita ao investimento municipal realizado em 2000, as duas maiores áreas de actuação foram a educação e desportos (26,7%) e rede viária (23,4%). Não deixa de ser interessante observar a redução gradual da importância do sector de abastecimento de água ao longo dos últimos anos. Entre 1998 e 2000 o investimento nesta área baixou cerca de 43%, aumentando 50% na área de educação e desportos.





#### **IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL**

Esta proposta de orçamento contempla uma previsão global de 751.973 milhares de euros, sem as contas de ordem, o que se traduz num decréscimo de 7,1%, relativamente à dotação do ano anterior.

A variação prevista decorre essencialmente de duas ordens de razões. Por um lado, tornou-se necessário efectuar ajustamentos, em baixa, na receita do IRS e IRC, na sequência de diversos acertos negativos já efectuados pelos serviços nacionais da administração fiscal, em resultado da redução fiscal operada na Região. Por outro lado, as necessidades brutas de endividamento deste orçamento são significativamente menores do que as verificadas no orçamento do ano anterior.

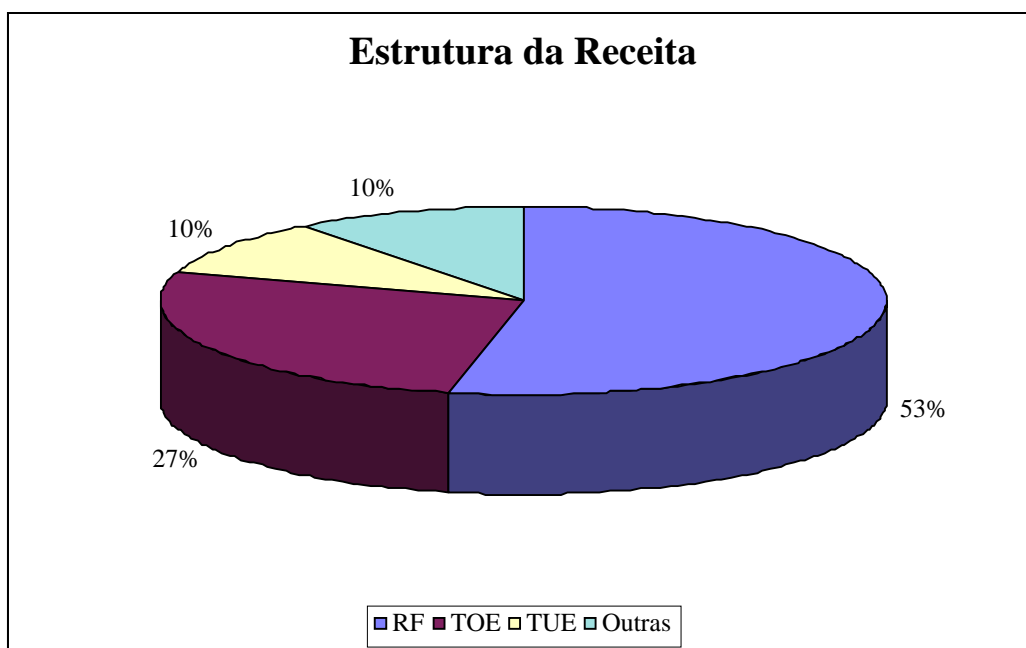
Tal como já foi referido no processo de elaboração do orçamento para 2001, a presente proposta comporta uma inevitável inflexão no processo de estabilização das finanças públicas regionais, aferida pela percentagem crescente de despesas de funcionamento financiadas por receitas próprias da Região, que se vinha observando nos últimos anos. Num cenário desta natureza, é justificável que, para manter um nível de investimentos compatível com as necessidades da Região, se recorra a outras fontes de financiamento. É o que acontece, efectivamente, com as necessidades liquidas de financiamento desta proposta de orçamento, que atingem os 62.350 milhares de euros, contra os 29.930 milhares de euros, registados no ano de 2001.



## A) Orçamento da Receita

Como acabado de referir a receita global que se estima arrecadar no ano de 2002 atinge o valor de 751.973 milhares de euros, sem as contas de ordem

O gráfico seguinte apresenta a estrutura da receita distribuída por quatro fontes de financiamento: as receitas fiscais (RF); as transferências do Orçamento do Estado (TOE); as transferências da União Europeia (TUE); e outras receitas.



Da análise ao mesmo verificamos que as receitas fiscais são, claramente, a principal fonte de financiamento do orçamento



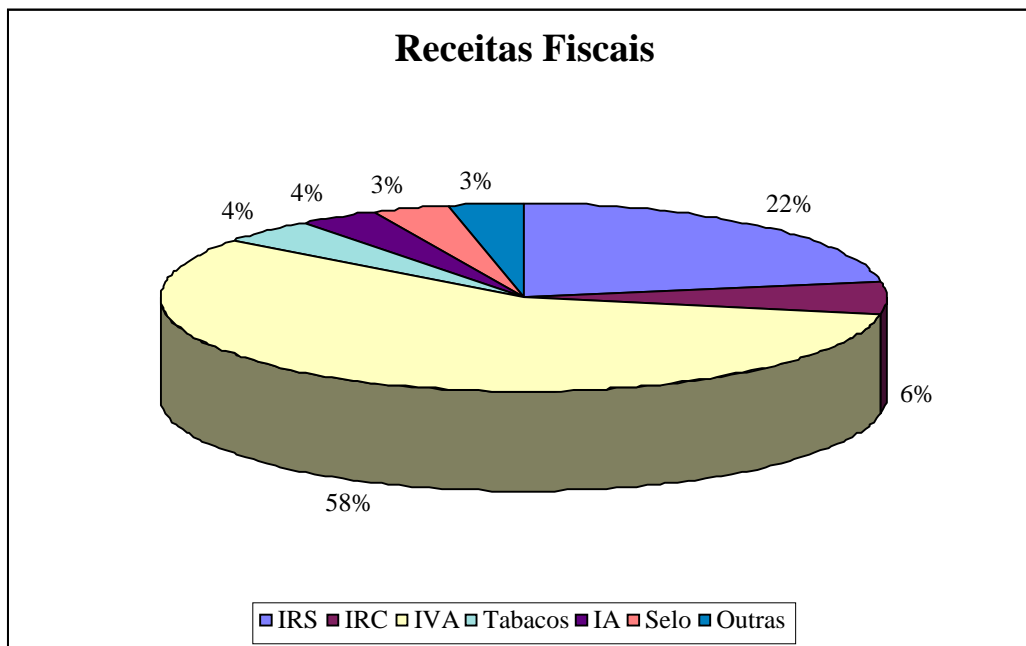
regional, registando um peso de 53%. Como segunda fonte grande fonte de receita surgem as TOE, com um peso de 27%. No seu conjunto, representam cerca de 80% do total da receita.

As TUE e as outras receitas detêm um peso de cerca de 10%, cada, do total da receita.

Passemos agora a analisar cada uma destas principais fontes de financiamento do orçamento da Região.

As receitas fiscais atingem o valor global 400.644 milhares de euros, menos 4,7% do que o valor orçamentado para o corrente ano.

O gráfico seguinte permite visualizar o peso dos principais impostos, no conjunto das receitas fiscais.



Verifica-se, pois, que é o IVA o imposto com maior peso no conjunto das receitas fiscais, com 58%. Com uma previsão de 230.887 milhares de euros, este imposto revela um decréscimo de 2,9%, relativamente ao valor orçamentado para o corrente ano. Esta evolução decorre essencialmente do facto do mesmo ser determinado com base na capitação, e, de esta, nos termos dos valores dos Censos de 2001, se ter revelado penalizadora para a Região

Com uma importância, igualmente significativa, temos o IRS, com um peso de 22%, no total das receitas fiscais. A previsão de receita deste imposto atinge os 88.703 milhares de euros, mais 2,1% do que o valor orçamentado para 2001. Esta estimativa, muito aquém da prevista em sede de orçamento do Estado (6%), decorre da incerteza que ainda persiste no que concerne aos efeitos orçamentais negativos que a redução das taxas provocaram, e que se tem reflectido em



acertos negativos já efectuados e que julgamos ainda poderão ocorrer em 2002.

Refira-se que os valores estimados para o IVA e para o IRS, em conjunto, representam quatro quintos da totalidade das receitas fiscais previstas para 2002.

O IRC regista uma previsão orçamental de apenas 22.446 milhares de euros, menos 43,8% do que o montante orçamentado para o corrente ano. Esta estimativa está influenciada pelas mesmas razões já referidas para o IRS, contudo, de uma forma mais acentuada, já que os acertos negativos têm superado as expectativas que existiam relativamente à evolução da sua arrecadação.

Para o imposto sobre o Tabaco prevê-se uma receita de 17.957 milhares de euros, para o imposto automóvel, 14.465 milhares de euros e para o imposto do Selo, 12,719 milhares de euros. Estas estimativas foram efectuadas com base na receita destes impostos prevista para o corrente ano acrescidas das mesmas percentagens de crescimento constantes da proposta de Orçamento do Estado para 2002

Para os restantes impostos incluídos nas receitas fiscais, estima-se um valor da ordem dos 13.468 milhares de euros, destacando-se, no seu âmbito a receita prevista para os impostos sobre o álcool e as bebidas alcoólicas (IABA), no valor de 7.233 milhares de euros.



As transferências do Orçamento do Estado deverão ascender aos 201.690 milhares de euros, mais cerca de 5,3% do que o valor orçamentado para o corrente ano.

A previsão para estas transferências foi efectuada nos seguintes termos: aplicação do n.º.1 do artigo 30º da Lei de Finanças das Regiões autónomas (LFRA), incidindo sobre o valor do corrente ano uma taxa de crescimento de 6,1% (taxa de crescimento da despesa corrente da proposta de OE/2002); para o Fundo de Coesão prevê-se uma percentagem de 35% do valor obtido por aplicação do n.º.1 do artigo 30º da LFRA; para os efeitos do n.º.5 deste diploma prevê-se uma receita de 3.791 milhares de euros; e para o co-financiamento de projectos de interesse comum, uma verba de 6.790 milhares de euros.

As transferências provenientes da União Europeia estão estimadas em 72.326 milhares de euros, menos 12,1% do que o valor orçamentado em 2001.

Esta estimativa, que consideramos prudente, decorre do facto de, ao contrário do que se passava no segundo quadro comunitário de apoio, no qual as transferências anuais se efectuavam em sistema de adiantamento, no quadro comunitário vigente, a utilização destas transferências, levadas a uma conta bancária à ordem do Gestor do PRODESA, apenas se concretizam após a apresentação dos comprovantes do pagamento do investimento efectuado.



As outras receitas, excluindo-se os passivos financeiros, atingem uma previsão de 14.964 milhares de euros, menos 37,5% do que o valor orçamentado no corrente ano. Esta evolução decorre, essencialmente, do facto de, no corrente ano, estar previsto o encaixe financeiro a obter com a venda de mais uma parcela do capital social do Banco Comercial dos Açores.

### **Contas de Ordem**

O valor global das contas de ordem atinge uma previsão de receita orçamental de 216.947 milhares de euros, sendo 64.569 milhares de euros respeitantes às receitas próprias dos fundos e serviços autónomos e 152.378 milhares de euros, a receitas consignadas a outras entidades.

No âmbito dos fundos e serviços autónomos, destacam-se as receitas próprias do Fundo Regional de Abastecimento, com um valor de 31.690 milhares de euros, da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, com 9.499 milhares de euros, a Junta Autónoma do Porto da Horta, com 7.842 milhares de euros e a Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo, com 7.580 milhares de euros.

No âmbito das receitas consignadas destacam-se as transferências do Estado destinadas às Autarquias da Região, com um valor de 81.700 milhares de euros.



## **B) Orçamento da Despesa**

O valor global da despesa prevista para o ano de 2002 ascende a 751.973 milhares de euros, menos 7,1% do que a orçamentada em 2001.

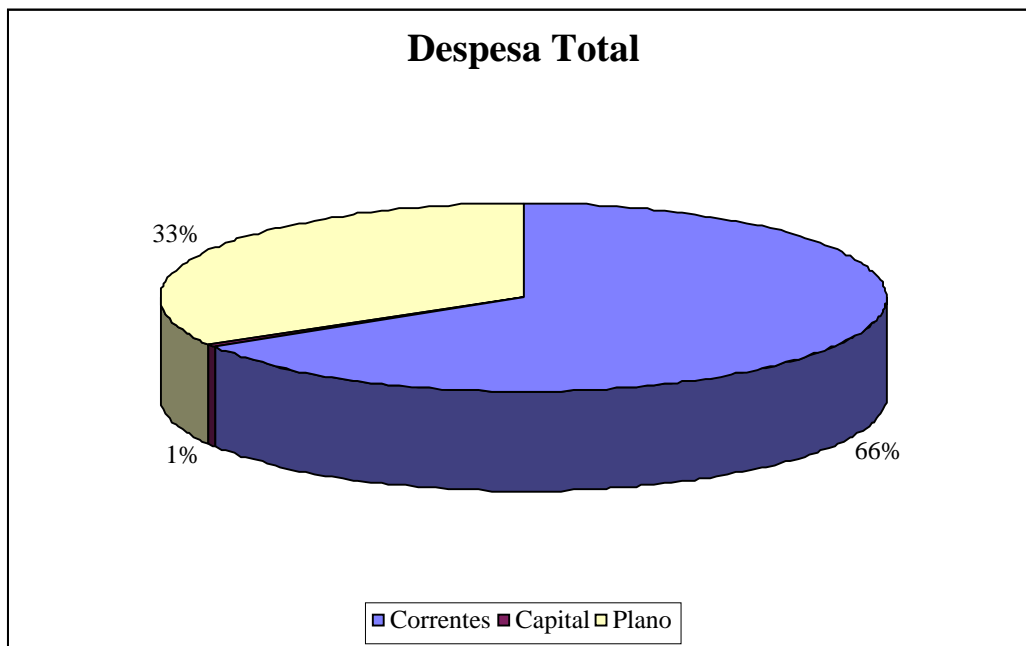
A despesa pública prevista para o ano 2002 é apresentada, nos termos legais, de acordo com a classificação económica, orgânica e funcional.

### **Classificação Económica**

Nos termos desta classificação, as mesmas estruturam-se por despesas correntes, despesas de capital e contas de ordem, especificando-se, também, as despesas do plano.

No que concerne às despesas agrupadas por classificação económica, apresenta-se o gráfico seguinte com a respectiva estrutura prevista para 2002.





Como é possível constatar, são as despesas correntes o agregado mais significativo, representando 66% do seu total, (em 2001, 58%), seguido das despesas do plano, com 33% (em 2001, 34%) e das despesas de capital, com 1% (em 2001, 8%).

Constata-se, assim, que se regista um aumento do peso das despesas correntes em 6%, praticamente compensado pela diminuição registada nas despesas de capital em 5%, mantendo-se o peso das despesas do plano, apenas com uma diminuição de 1%.

As despesas correntes registam uma previsão global de 496.499 milhares de euros, mais 5,3% do que o valor orçamentado para o corrente ano, revelando uma taxa de crescimento inferior à prevista na proposta de Orçamento do Estado para 2002, que é de 6,1%.



No âmbito das despesas correntes destacam-se os agrupamentos económicos das despesas com pessoal e o das transferências, os quais em conjunto, representam 90,3% do respectivo total.

As despesas com pessoal estão estimadas em 250.247 milhares de euros, mais 5,35% do que o valor da dotação revista para o corrente ano. Esta taxa de crescimento não deverá permitir fazer face à totalidade dos encargos com pessoal, atendendo a que ao aumento dos índices da função públicas, ainda desconhecidos, se tem que considerar as progressões e promoções que todos os anos se registam nos serviços públicos, de forma especial no sector da Educação. Assim, está prevista uma dotação provisional no orçamento do gabinete do Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento para fazer face às dotações que se revelarem insuficientes.

As transferências correntes atingem uma previsão de 198,269 milhares de euros, mais 3,5% do que o valor da dotação revista de 2001, traduzindo, assim, um crescimento real. No âmbito destas transferências merece destaque o valor destinado ao Serviço Regional de Saúde que, com uma dotação de 155.876 milhares de euros, representa 78,6% do respectivo total. Salienta-se, igualmente, o valor da dotação prevista para suportar os encargos com o complemento das pensões, a qual atinge os 17.440 milhares de euros.

O agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes atinge uma dotação de 14.990 milhares de euros, o que se



traduz num decréscimo 1,7% relativamente à dotação revista do corrente ano.

Os encargos correntes da dívida apresentam uma previsão de 13.468 milhares de euros, valor igual ao do corrente ano. Efectivamente, não obstante a dívida da Região ter sido aumentada em 2001, a evolução esperada nas taxas dos mercados de capitais torna possível não ser necessário proceder a aumentos neste agrupamento económico.

As outras despesas correntes atingem uma dotação de 19.524 milhares de euros, mais 42,9% do que o valor da dotação revista deste ano. Esta rubrica, para além de incluir a dotação provisional já referenciada atrás, contempla as verbas a transferir para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no valor de 9.295 milhares de euros.

As despesas de capital atingem o valor de 5.318 milhares de euros, menos 91,9% do que em 2001. Este decréscimo acentuado deve-se ao facto de não se prever para 2002 qualquer amortização de capital, ao contrário deste ano, cujo montante ascendeu a 60.803 milhares de euros.

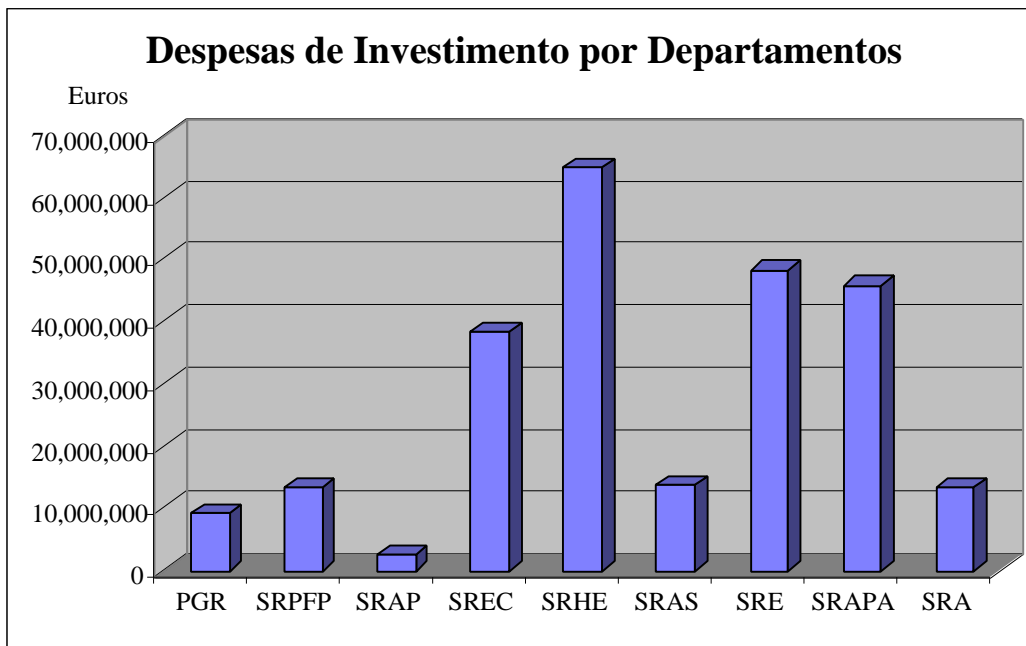
No conjunto destas despesas, que têm uma expressão orçamental pouco significativa, destaca-se a evolução registada nas aquisições de bens de capital, menos 7,6%, pelo sinal que é dado, no sentido de contenção orçamental que se define como orientação, aliás à



semelhança do que já foi possível observar relativamente às aquisições de bens e serviços correntes.

As despesas do plano atingem o valor 250.157 milhares de euros, menos 8% do que o valor orçamentado para o corrente ano. Este menor investimento feito directamente pelo ORAA será, no entanto, mais do que compensado pelos investimentos que irão ser desenvolvidos no âmbito de parcerias público-privadas na rede de estradas e pelas Juntas Autónomas em diversos portos da Região.

Uma análise detalhada sobre os valores previstos para 2002 está, naturalmente, patente no documento próprio sobre a proposta de plano. Contudo apresenta-se, em seguida, um gráfico com a desagregação orgânica das verbas previstas para cada Departamento Regional.



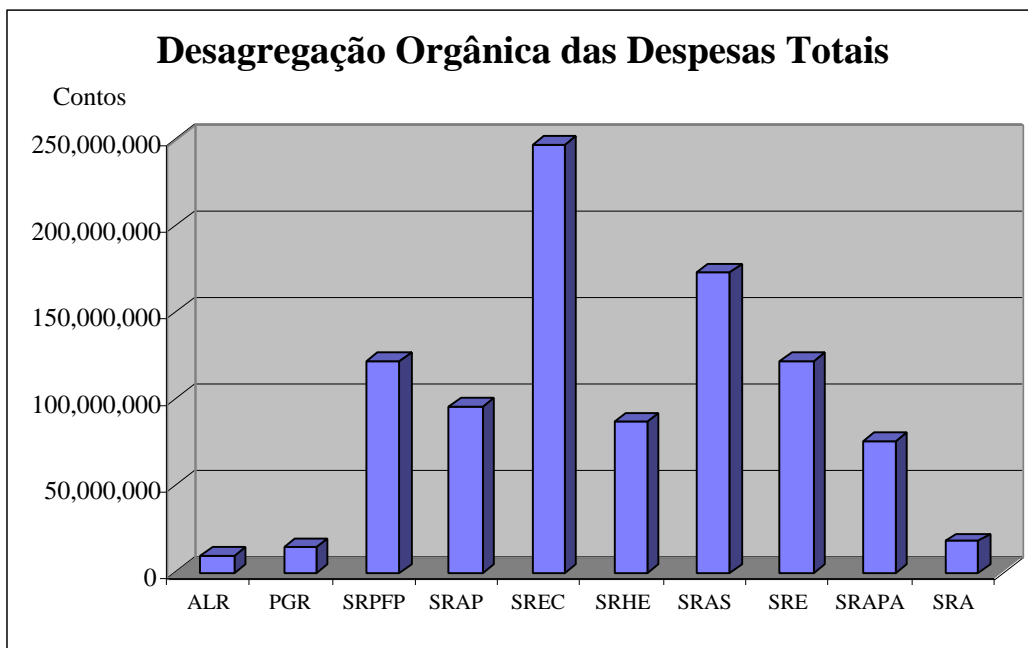
Como se verifica, é a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, o Departamento com maior valor de despesa, atingindo os 64.844 milhares de euros. De seguida surge a Secretaria Regional da Economia, com uma dotação de 48.383 milhares de euros, a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, com 45.893 milhares de euros e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, com 38.407 milhares de euros.

### Classificação Orgânica

Este tipo de classificação procede à distribuição da despesa total, incluindo as contas de ordem, pelos diversos Departamentos da administração pública regional.



O gráfico seguinte apresenta a despesa total desagregada pelos diversos departamentos regionais.



Como é possível verificar, é a Secretaria Regional da Educação e Cultura o departamento com maior volume de despesa, atingindo os 247.872 milhares de euros, no âmbito da qual se salienta o valor afecto à Direcção Regional da Educação que, com 182.314 milhares de euros, representa 73,6% daquele montante.

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais atinge um valor, igualmente considerável, de 174.099 milhares de euros, destacando-se aqui a verba afectada ao Serviço Regional de Saúde, com uma dotação de 155.876 milhares de euros.

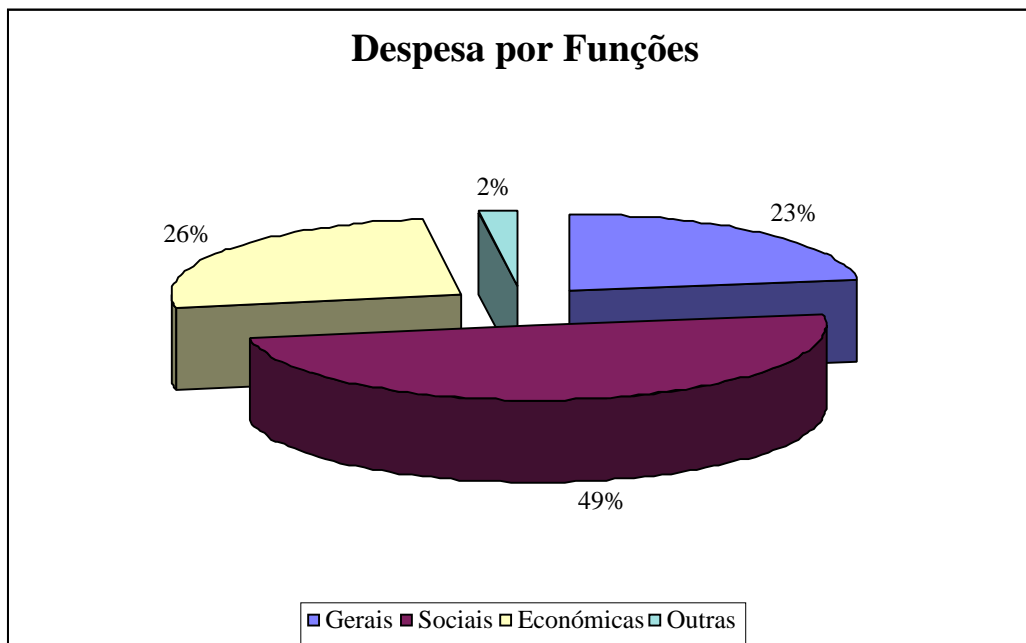


Com dotações ainda significativas está o Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento, com uma dotação de 122.552 milhares de euros e a Secretaria Regional da Economia, com 122.485 milhares de euros.

### **Classificação Funcional**

A despesa desagregada pela óptica funcional permite determinar em que funções a administração pública aplica os fundos que em cada ano estão à sua disposição.

O gráfico que se apresenta em seguida contempla a distribuição por funções das verbas previstas para o ano de 2002.



Constata-se, assim, que são as funções sociais aquelas que detêm o maior peso, as quais, com uma dotação global de 475.114 milhares de euros, representam 49% do respectivo total. No âmbito desta função destacam-se, naturalmente, os sectores da Educação e Saúde, os quais em conjunto, atingem 80% das verbas atribuídas às funções sociais.

As funções económicas contemplam uma dotação global de 250.573 milhares de euros, e representam 26% do respectivo total. De entre estas, salienta-se a verba afecta ao sector dos transportes e comunicações, com uma dotação de 85.936 milhares de euros e valores atribuídos ao sector da agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca, com uma dotação de 75.632 milhares de euros.





## **Contas de Ordem**

O valor global das contas de ordem está orçamentado em 216.947 milhares de euros de despesas, montante idêntico ao da provisão efectuada para as receitas, devido ao carácter de consignação a que estas verbas estão sujeitas.



### C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se no presente orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos - FSA -, especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>DESPESAS CORRENTES</b>	
Impostos directos	0	Despesas pessoal	140.433.187
Impostos indirectos	29.024.223	Aq. de bens e serviços correntes	94.917.647
Txs,multas e outras penalidades	129.449.887	Encargos correntes da dívida	2.868.190
Rend. de propriedades	1.562.021	Transferências	171.098.488
Transf.	241.795.244	Subsídios	36.457.766
Venda de bens e serviços correntes	28.094.634	Outras despesas correntes	35.755.519
Outras receitas correntes	47.268.459		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>477.194.468</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>481.530.797</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	
Venda de bens de investimento	13.004	Aquisição de bens de capital	72.648.436
Transferências	88.465.246	Transferências de Capital	11.639.514
Activos financeiros	448.918	Activos financeiros	351.653
Passivos financeiros	4.788.003	Passivos financeiros	4.064.707
Outras receitas de capital	2.747.254	Outras despesas de capital	3.455.440
<b>Receitas de Capital</b>	<b>96.462.425</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>92.159.750</b>
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>573.656.893</b>	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>92.159.750</b>
Reposições	30.298.036	Contas de Ordem	34.838.006
Contas de Ordem	4.573.624		
<b>TOTAL</b>	<b>608.528.553</b>	<b>TOTAL</b>	<b>608.528.553</b>



Prevê-se, de acordo com os valores orçamentados para o 2002, e após consolidação, que a receita e despesa efectiva dos fundos e serviços autónomos ascenda a 608.529 milhares de euros. Relativamente ao orçamento de 2001 verifica-se um crescimento na ordem dos 9,4 %.

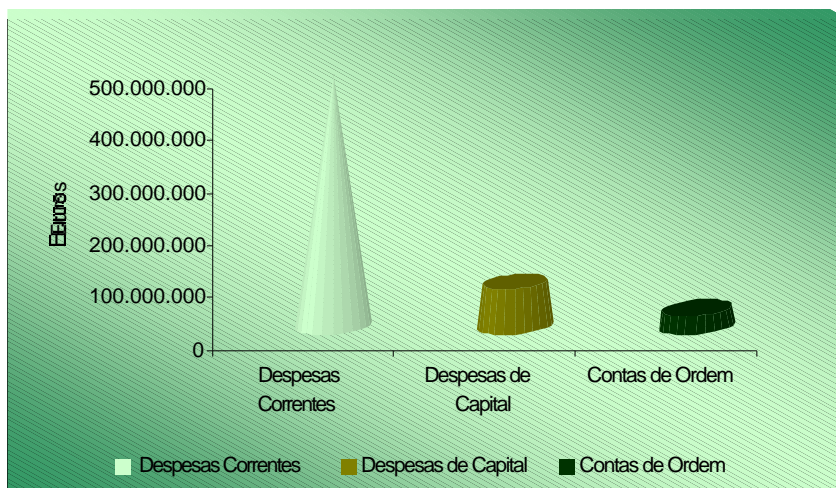
Do conjunto dos fundos e serviços autónomos, destacam-se os fundos escolares que representam 55,2% (48) do total dos fundos(87), mas que a nível orçamental representam apenas 2,0%. No corrente ano, surgiram mais dois fundos escolares, a Escola Básica Integrada de Água de Pau e a Escola Secundária da Lagoa, tendo sido extinta a Área Escolar da Lagoa. Ainda, no corrente ano foi criado o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia.

A seguir à Direcção Regional da Educação, a entidade que apresenta maior número de fundos é o serviço regional de saúde com 21, mas que a nível orçamental representam 43,0 % do total.

Ainda, do total dos fundos, há que destacar o Centro de Gestão Financeira da Segurança Social e o Instituto de Regimes da Segurança Social que representam 27,8% do total orçamentado.



## Despesa Total Orçamentada

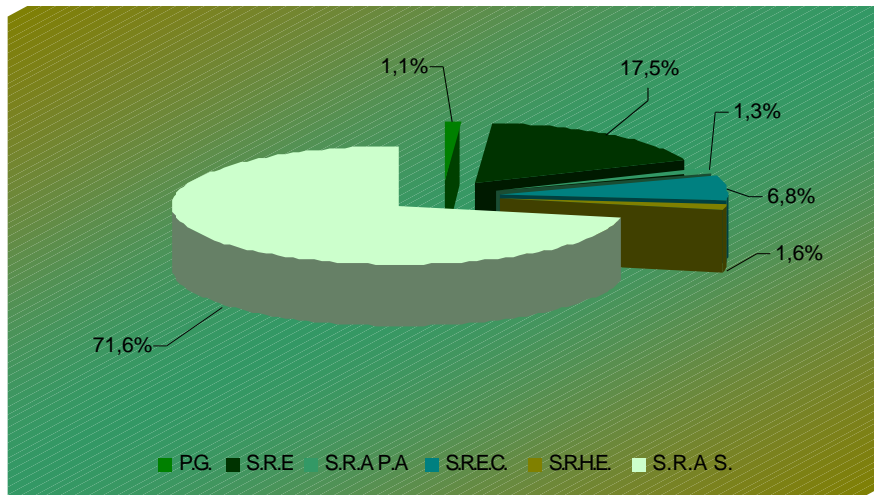


Do total da despesa, 71,6% é afectada a FSA que são tutelados pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, na qual tem especial relevo os hospitais (Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada), Centro de Saúde de Ponta Delgada, Centro de Gestão Financeira da Segurança Social e o Instituto de Regimes da Segurança Social.

Dos restantes fundos, que apenas representam 28,4% do total, destacam-se os FSA tutelados pela Secretaria Regional da Economia e da Educação e Cultura.



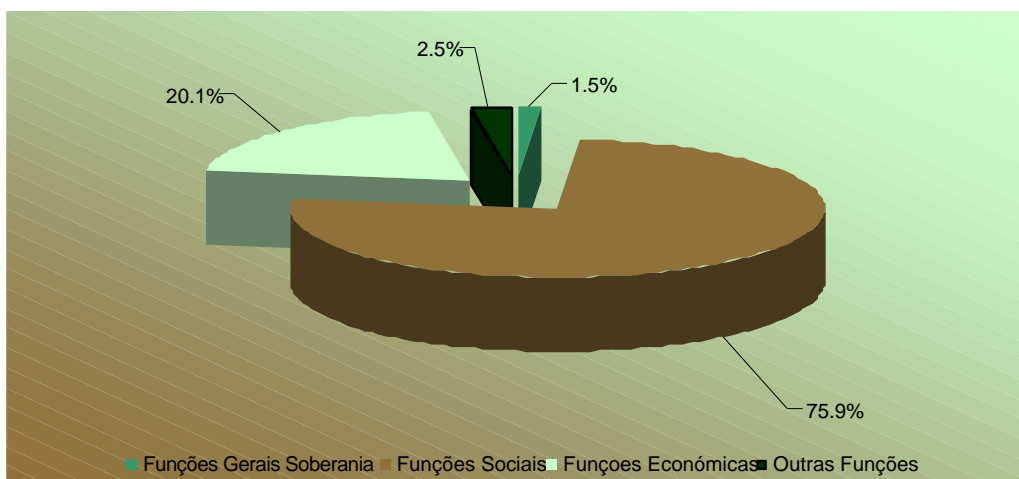
### Despesas Globais – Classificação Orgânica



Das despesas globais dos FSA, e de acordo com classificação funcional, as despesas de carácter social representam 75,9% do total das despesa, destacando-se entre estas, as despesas com a saúde, que representam 56,6% daquelas e 43,0% do total das despesas. Ainda dentro da função social, incluem-se as despesas com a Segurança e Acção Social (37,6%), as despesas com a Educação (4,6%) e as despesas com Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (1,2%) .



### Despesa Total – Classificação Funcional

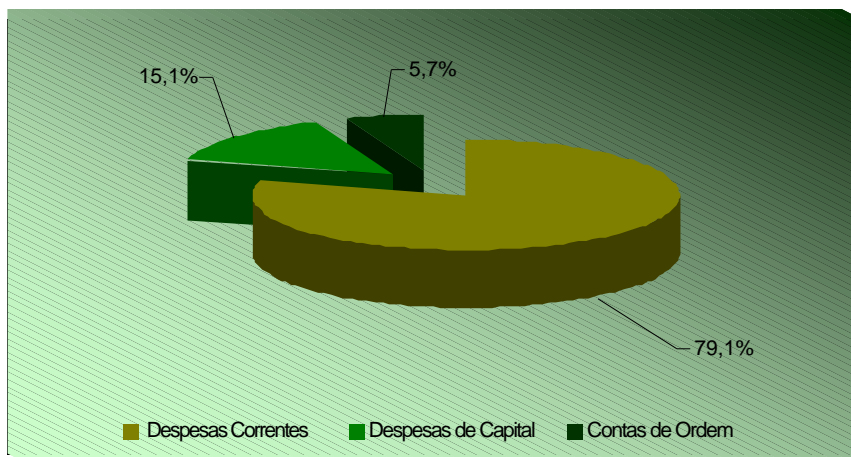


Ainda no âmbito da classificação funcional, à função social segue-se a função económica, que representa 20,1% do total da despesa, salientando-se as despesas com os transportes e comunicações (59,5%) e as despesas com a indústria e a energia (33,8%).

Relativamente à classificação económica, o peso das despesas correntes e das despesas de capital, no cômputo geral, é de 79,1% e 15,1%, respectivamente.

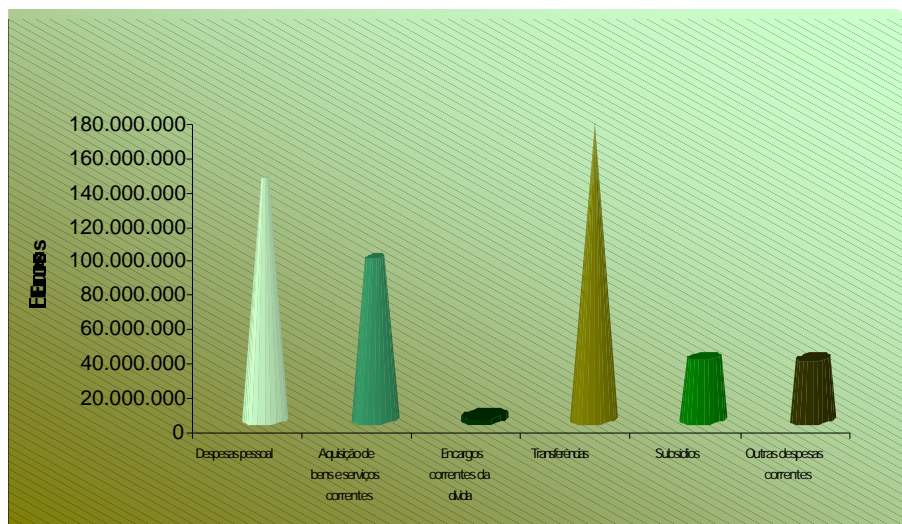


### Despesas Globais – Classificação económica



De entre as despesas correntes, merecem particular destaque as transferências, 35,5%, as despesas com pessoal, 29,2%, a aquisição de bens e serviços, 19,7%.

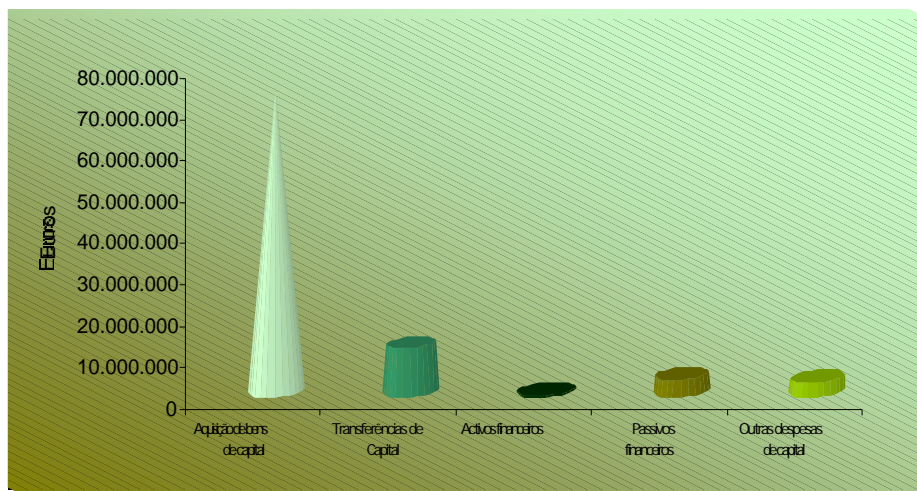
### Desagregação da Despesa Corrente





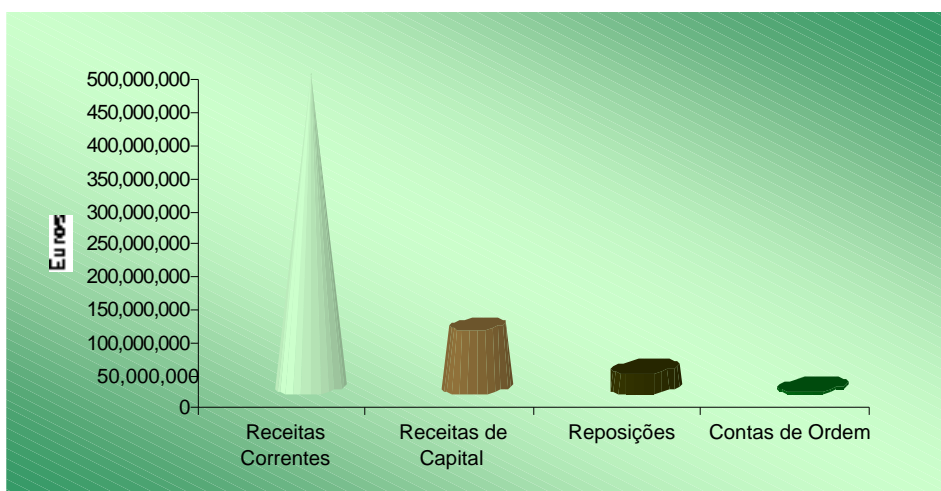
Das despesas de capital, a aquisição de bens é a rubrica de maior peso, representando 78,8% do total.

### Desagregação da Despesa de Capital



Relativamente à estrutura das receitas, verifica-se que as correntes são responsáveis por 78,4 % da receita total, enquanto que as receitas de capital representam apenas 15,9%.

### Estrutura da Receita

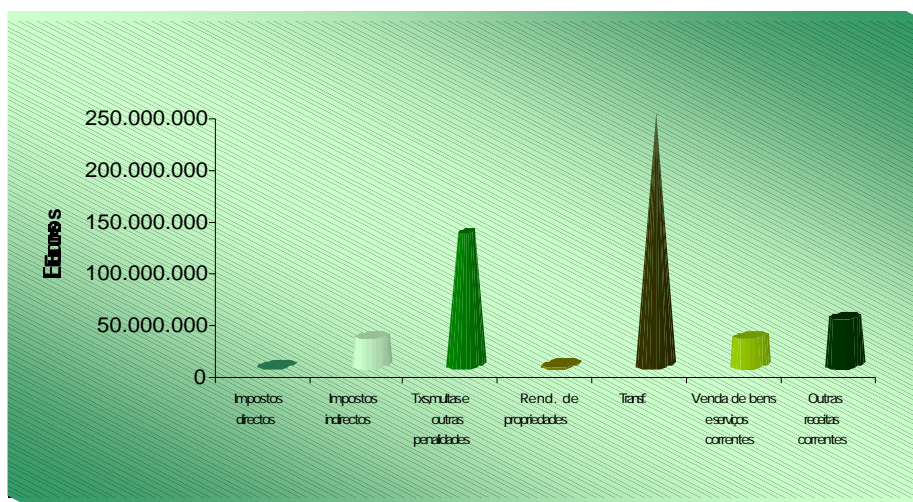






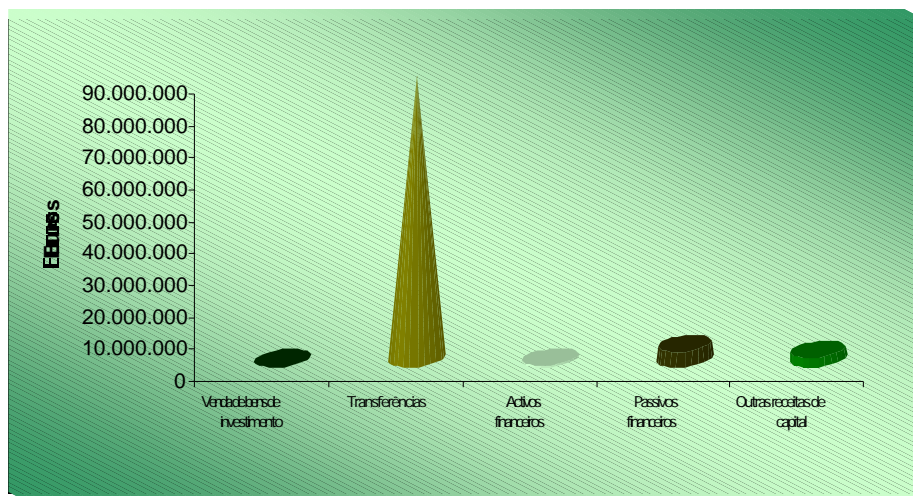
Quanto à proveniência das receitas correntes, 50,7% provêm de transferências correntes e 33,2% de receita fiscal.

### Desagregação da Receita Corrente



No que se refere às receitas de capital a rubrica que mais se evidencia é a das Transferências, com um peso de 91,7%.

### Desagregação da Receita de Capital





## **V - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO**

A dívida pública da Região Autónoma dos Açores tem evoluído de uma forma sustentada e equilibrada, permitindo, assim, à Região, no passado recente, usufruir das melhores condições oferecidas pelos mercados financeiros quer nacionais quer internacionais. Obviamente que toda esta política, só foi possível, com a aplicação da Lei n.º13/98, de 24 de Fevereiro – Lei das Finanças das Regiões Autónomas e com a prudente gestão financeira que tem vindo a ser promovida pelo Governo Regional.

No quadro abaixo indicado, apresenta-se o valor dos encargos suportados pelo orçamento da Região nos últimos cinco anos, e a estimativa do valor dos mesmos para o corrente ano. Do quadro, depreende-se, através do montante dos encargos, os anos em que houve redução da dívida (1998-1999), como também a evolução do mercado financeiro a nível de taxas, sobretudo quando no ano de 2000, se verifica uma subida destas. Nesse ano, como é do conhecimento geral, as taxas inverteram o seu sentido, de uma evolução descendente para ascendente, embora de uma forma não muito significativa, mas o suficiente para se notar a sua diferença em termos orçamentais.



## Encargos da Dívida Pública

(Milhares de Euros)

Anos	Juros	Amortizações	Outros encargos	Total
1996	20.843	12.788	894	34.525
1997	19.823	15.476	1.064	36.362
1998	14.959	0	51	15.010
1999	6.414	10.964	14	17.392
2000	10.299	0	39	10.338
<b>2001</b>	9.526	60.548	998	71.072

**Obs.** Os valores referentes ao ano 2001 são valores estimados.

Para o corrente ano, os encargos estimados são inferiores aos do ano 2000, embora o montante da dívida seja superior, pelo facto dos indexantes estarem, desde o início do ano, em sentido descendente, e como as taxas de juros dos empréstimos actuais são na sua quase totalidade fixadas em final de período a Região tem vindo a beneficiar da actual conjuntura.

A Região, no corrente ano, já contraiu um empréstimo de 91.250 milhares de euros, empréstimo obrigacionista internacional, tendo sido líder da operação o consórcio Credit Suisse First Boston, Banif e BCA.



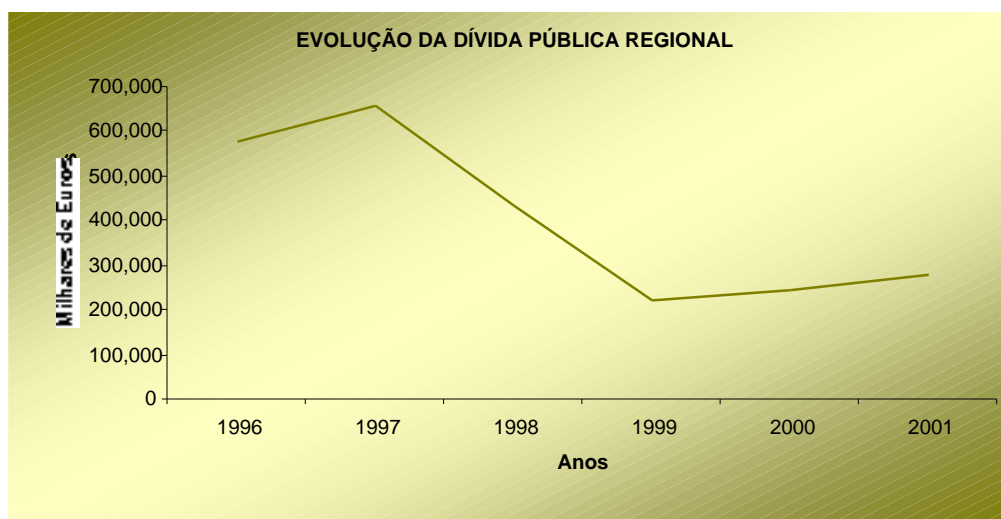
Cerca de 67% do produto deste empréstimo, destinou-se a reestruturar a dívida da Região, tendo-se conseguido reduzir a taxa de juro em 11,5 pontos de base face aos empréstimos ora amortizados. Os restantes 33% destinaram-se a financiar projectos de investimento previstos no plano de 2001.

Após este empréstimo, a dívida da Região no final do ano será da ordem dos 278.299 milhares de euros. De seguida, apresenta-se o quadro da dívida dos últimos cinco anos e a estimativa da mesma para o final do corrente ano.

STOCK DA DÍVIDA DA RAA A 31 DE DEZEMBRO DE CADA ANO

Milhares de Euros

Designação	1996		1997		1998		1999		2000		2001	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
MOEDA NACIONAL	478,486	82.6	481,316	72.7	311,428	71.0	95,464	42.875	120,403	48.629	151,106	54.296
MOEDA ESTRANGEIRA	101,060	17.4	180,578	27.3	127,193	29.0	127,193	57.125	127,193	51.371	127,193	45.704
Total	579,546	100	661,894	100	438,622	100	222,657	100	247,597	100	278,299	100





Ainda, no corrente ano, e após autorização da Assembleia Legislativa Regional, a Região irá assumir responsabilidades do Serviço Regional de Saúde na ordem dos 59.856 milhares de euros. Esta assunção vem no seguimento da que será efectuada pela República relativamente a esta Região, em igual montante, conforme o estipulado na alínea c) do Artigo 62.º da Lei n.º 85/2001, de 4 de Agosto. Face a estas operações, o valor da dívida da Região não se altera, dado que os valores a assumir pela Região e o valor a transferir para a República são exactamente iguais.

Convém referir, que o empréstimo a assumir pela Região do Serviço Regional de Saúde, terá as mesmas condições que um empréstimo da Região, visto ser a Região a tratar directamente das negociações, como se de um empréstimo seu se tratasse.

Para o ano 2002, as necessidades de financiamento serão superiores às do corrente ano. Prevê-se uma necessidade de 59.856 milhares de euros.

A razão fundamental para a Região ter de recorrer a um montante superior ao do corrente ano, prende-se com perda de receita de IRS e de IRC, resultante da redução das taxas destes impostos aprovada pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, e com aumento da despesa em algumas rubricas orçamentais, designadamente as relacionadas com o pagamento da remuneração complementar e com os complementos de pensões.



Espera-se que o montante de endividamento necessário para o financiamento do Orçamento da Região de 2002, que é superior ao que consta da proposta de O.E. para o próximo ano, seja possível efectuar ao abrigo da Lei Revista das Finanças das Regiões Autónomas.

O anteprojecto da revisão desta Lei, que foi elaborado com a participação activa do Governo Regional, está em processo de apreciação pelo Governo da República e será apresentado para aprovação da Assembleia da República ainda este ano.

Nos termos daquele anteprojecto de Lei, os limites de endividamento das Regiões Autónomas deixam de ser fixados anualmente em sede de Orçamento de Estado e passam a estar sujeitos ao cumprimento de outras regras menos limitativas mas muito mais responsabilizantes para as Regiões Autónomas.

### **Avales**

O total da dívida garantida por Avales da Região Autónoma dos Açores, no período que medeia 1997 e 2000, oscilou entre os 70.041 (1997) e os 79.190 (1998) milhares de euros.

Há a salientar que, durante este período (1997/2000), as garantias prestadas em empréstimos externos, foram sempre superiores às prestadas em empréstimos internos, representando em média, aquelas cerca de 64,5% do total da dívida garantida.

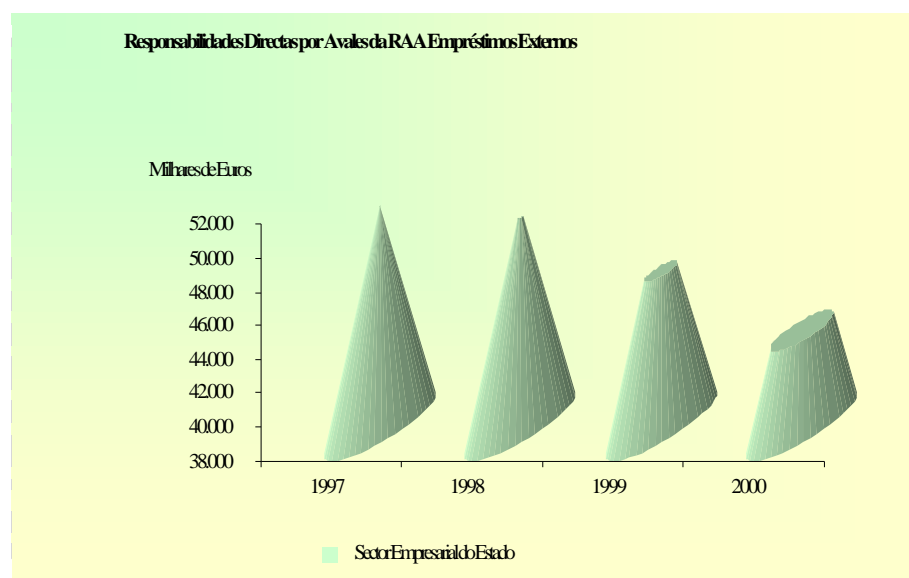


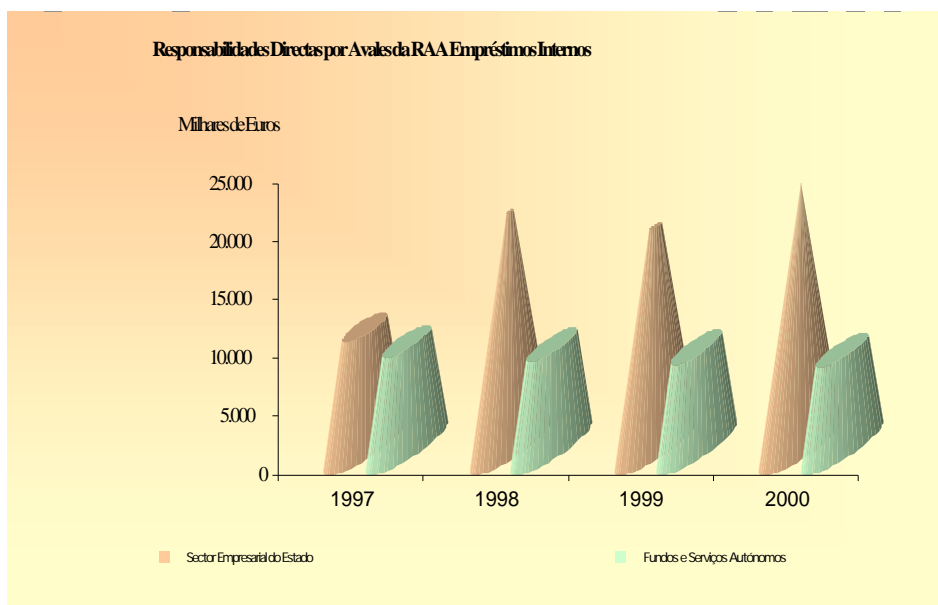
## RESPONSABILIDADES DIRECTAS POR AVALES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

(Milhares de Euros)

DESIGNAÇÃO	VALORES A 31 DE DEZEMBRO							
	1997		1998		1999		2000	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
<b>Empréstimos Internos</b>	<b>19,157</b>	<b>27.4</b>	<b>28,939</b>	<b>36.5</b>	<b>27,396</b>	<b>36.8</b>	<b>30,760</b>	<b>41.4</b>
Sector Empresarial do Estado	10,179	14.5	20,210	25.5	18,917	25.4	22,530	30.3
Fundos e Serviços Autónomos	8,978	12.8	8,729	11.0	8,480	11.4	8,230	11.1
	0		0		0		0	
<b>Empréstimos Externos</b>	<b>50,883</b>	<b>72.6</b>	<b>50,251</b>	<b>63.5</b>	<b>47,068</b>	<b>63.2</b>	<b>43,543</b>	<b>58.6</b>
Sector Empresarial do Estado	50,883	72.6	50,251	63.5	47,068	63.2	43,543	58.6
	0		0		0		0	
<b>Total da Dívida garantida</b>	<b>70,041</b>	<b>100.0</b>	<b>79,190</b>	<b>100.0</b>	<b>74,464</b>	<b>100.0</b>	<b>74,303</b>	<b>100.0</b>

Relativamente às garantias prestadas a empréstimos internos e externos, verifica-se que o agrupamento “Sector Empresarial do Estado” representa, em média cerca de 88,3% do total das garantias prestadas, destacando-se, neste agrupamento, a Electricidade dos Açores, S.A., que, no ano 2000, representou 38,5% do total da responsabilidade por avales da Região Autónoma dos Açores.





O “plafond” de avales aprovado em 1997 foi de 39.904 milhares de euros , em 1998, de 14.964 milhares de euros, não tendo sido necessário qualquer “plafond” para 1999. Em 2000, foi fixado em 4.988 milhares de euros, o limite de avales a conceder. Para 2001 este valor foi fixado em 35.415 milhares de euros. Deste montante, 30 milhares de euros (84,7%) destina-se a financiar um conjunto de projectos integrados no programa plurianual de investimentos, da EDA - Electricidade dos Açores, S.A. a realizar entre 1999/2004. Convém salientar que, à excepção do ano 2000, os “plafonds” aprovados nunca foram totalmente utilizados.





**(Milhares de Euros)**

Anos	"Plafonds" de Avals	Montantes Utilizados
1997	39,904	28,431
1998	14,964	13,468
1999	0	0
2000	4,988	4,988
2001	35,415	30,000

Neste contexto importa ainda salientar que a concessão destes avales, como ajuda de Estado que são, estão sujeitos a parecer favorável da Comissão Europeia.

Relativamente ao ano 2002, e após uma consulta a diversas entidades, entendeu o Governo Regional, nos termos do n.º 4 do artigo 11.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Enquadramento do Orçamento da RAA, propor, como limite máximo de avales a conceder, a importância de 30.000 milhares de euros, dos quais 66,7% se destinam à EDA,AS.



Região Autónoma dos Açores  
Presidência do Governo Regional  
Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento  
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

## QUADROS SÍNTESES



**QUADRO I**  
**SÍNTESE DAS CONTAS DA R.A.A.**  
**(sem incluir "Contas de Ordem")**

(Valores em Euros)

DESIGNAÇÃO	1997	1998	1999	2000
<b>DESPESAS</b>	<b>530,760,866</b>	<b>560,000,399</b>	<b>632,869,784</b>	<b>663,476,640</b>
. CORRENTES	<u>340,384,673</u>	<u>361,877,874</u>	<u>372,846,440</u>	<u>429,895,957</u>
.. Com a Educação	124,609,691	131,682,645	141,698,507	158,685,309
%	36.61%	36.39%	38.00%	36.91%
.. Com a Saúde	115,586,437	130,300,975	132,730,120	145,515,418
%	33.96%	36.01%	35.60%	33.85%
. CAPITAL	<u>21,373,490</u>	<u>8,514,480</u>	<u>15,557,506</u>	<u>4,902,095</u>
. PLANO	<u>169,002,703</u>	<u>189,608,045</u>	<u>244,465,837</u>	<u>228,678,588</u>
.. Sectores Sociais	52,154,308	67,666,923	108,713,002	101,343,584
%	30.86%	35.69%	44.47%	44.32%
.. Sectores Económicos	116,848,395	121,941,122	135,752,836	127,335,003
%	69.14%	64.31%	55.53%	55.68%
<b>RECEITAS</b>	<b>526,835,327</b>	<b>560,080,207</b>	<b>640,651,031</b>	<b>655,620,909</b>
. CORRENTES	<u>285,801,219</u>	<u>376,442,773</u>	<u>439,635,478</u>	<u>448,416,878</u>
. CAPITAL	<u>241,034,108</u>	<u>183,637,434</u>	<u>201,015,553</u>	<u>207,204,031</u>
.. Transferências do O.E.	92,836,265	59,646,253	110,633,374	128,468,690
(%) Rel. à Receita Capital	38.52%	32.48%	55.04%	62.00%
.. Fundos comunitários	53,231,712	33,638,930	49,485,739	47,889,128
(%) Rel. à Receita Capital	22.08%	18.32%	24.62%	23.11%



**QUADRO II**  
**RECEITA TOTAL**

(Valores em Euros)

DESIGNAÇÃO	1997	1998	1999	2000
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>285,799,019</b>	<b>376,443,810</b>	<b>439,637,649</b>	<b>448,416,878</b>
. Impostos directos	95,935,885	91,645,025	146,258,520	123,892,784
. Impostos indirectos	182,145,435	204,190,820	228,385,591	277,650,432
. Taxas, multas outras penal.	3,468,092	3,772,603	3,990,183	4,275,236
. Rendimentos de propriedade	1,809,604	1,161,571	900,615	1,373,701
. Transferências	274,538	70,899,971	58,359,354	39,903,832
. Venda de bens e serviços correntes	820,153	688,785	646,744	679,472
. Outras receitas correntes	1,345,313	4,085,035	1,096,643	641,421
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>241,035,320</b>	<b>183,638,222</b>	<b>201,014,794</b>	<b>207,204,031</b>
. Venda bens investimento	105,466	70,570	1,228,023	1,029,554
. Transferências	146,070,081	93,284,634	160,123,876	176,357,818
. Activos financeiros	987,380	1,787,487	1,711,697	1,448,404
. Passivos financeiros	92,277,611	84,662,374	35,863,569	24,939,895
. Outras receitas de capital	499,910	1,957,642	624,066	940,786
. Reposições	1,094,871	1,875,515	1,463,563	2,487,574
<b>3. CONTAS DE ORDEM</b>	<b>152,982,657</b>	<b>174,315,320</b>	<b>189,080,541</b>	<b>167,425,386</b>
<b>TOTAL (1+2)</b>	<b>526,834,339</b>	<b>560,082,032</b>	<b>640,652,443</b>	<b>655,620,909</b>
<b>TOTAL (1+2+3)</b>	<b>679,816,996</b>	<b>734,397,352</b>	<b>829,732,984</b>	<b>823,046,295</b>



**QUADRO III**  
**DESPESAS TOTAIS**

(Euros)

<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>340,383,960</b>	<b>361,879,735</b>	<b>372,847,676</b>	<b>429,895,957</b>
Despesas com pessoal	166,353,887	174,192,591	192,399,553	214,743,424
Aquisição bens e serv. correntes	12,699,494	12,854,416	13,106,184	13,753,653
Encargos correntes da dívida	20,886,748	15,010,305	6,427,709	10,338,488
Transferências correntes	133,911,194	152,016,106	153,359,502	184,137,810
Subsídios	115,412	15,498	0	0
Outras despesas correntes	6,417,224	7,790,819	7,554,728	6,922,583
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>21,371,550</b>	<b>8,514,475</b>	<b>15,558,742</b>	<b>4,902,095</b>
Aquisição de bens de capital	1,277,970	1,198,252	1,139,334	1,517,013
Transferências de capital	4,286,195	6,992,004	3,121,258	3,110,743
Activos financeiros				0
Passivos financeiros	15,470,696		10,963,956	0
Outras despesas de capital	336,689	324,219	334,195	274,339
<b>DESPESAS DO PLANO</b>	<b>169,001,057</b>	<b>189,609,187</b>	<b>244,464,975</b>	<b>228,678,589</b>
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>530,756,567</b>	<b>560,003,397</b>	<b>632,871,394</b>	<b>663,476,641</b>
<b>CONTAS DE ORDEM</b>	<b>153,035,604</b>	<b>175,341,048</b>	<b>181,927,448</b>	<b>163,683,263</b>
<b>TOTAL</b>	<b>683,792,171</b>	<b>735,344,445</b>	<b>814,798,842</b>	<b>827,159,904</b>



**QUADRO IV**  
**ESTRUTURA ORÇ. RECEITA**

(Valores em Euros)

<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>ORAA 2000 (1)</b>	<b>ORAA 2001 (2)</b>	<b>ORAA 2002 (3)</b>	<b>% (3/2)</b>
<b>01. IMPOSTOS DIRECTOS</b>	<b>118,015,582</b>	<b>127,542,622</b>	<b>111,647,288</b>	<b>-12.46%</b>
.. IRS	84,795,643	86,890,594	88,702,585	2.09%
.. IRC	32,421,863	39,903,832	22,445,905	-43.75%
.. Outros	798,077	748,197	498,798	-33.33%
<b>02. IMPOSTOS INDIRECTOS</b>	<b>273,317,555</b>	<b>288,554,583</b>	<b>283,509,918</b>	<b>-1.75%</b>
.. Imposto de Selo	10,200,417	12,629,563	12,719,346	0.71%
.. IVA	230,679,063	237,677,198	230,886,740	-2.86%
.. Imposto Automóvel	14,933,386	16,265,799	14,465,139	-11.07%
.. Imp. consumo sobre o tabaco	15,201,489	17,996,628	17,956,724	-0.22%
.. Outros	2,303,199	3,985,395	7,481,969	87.73%
<b>03. TAXAS, MULT.E OUT. PEN.</b>	<b>4,450,524</b>	<b>4,339,542</b>	<b>5,486,777</b>	<b>26.44%</b>
<b>04. TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>264,997,815</b>	<b>273,920,202</b>	<b>274,015,482</b>	<b>0.03%</b>
<b>05. PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>24,939,895</b>	<b>90,731,337</b>	<b>62,349,737</b>	<b>-31.28%</b>
<b>06. OUTRAS RECEITAS</b>	<b>12,008,066</b>	<b>23,912,022</b>	<b>14,963,807</b>	<b>-37.42%</b>
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>697,729,437</b>	<b>809,000,309</b>	<b>751,973,009</b>	<b>-7.05%</b>
<b>CONTAS DE ORDEM</b>	<b>226,491,895</b>	<b>197,567,023</b>	<b>216,947,052</b>	<b>9.81%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>924,221,332</b>	<b>1,006,567,333</b>	<b>968,920,061</b>	<b>-3.74%</b>



**QUADRO V**  
**ESTRUTURA ORÇAMENTAL DAS DESPESAS**

(Euros)

<b>CÓDIGO</b>	<b>DESIGNAÇÃO</b>	<b>ORAA 2000 (1)</b>	<b>ORAA* 2001 (2)</b>	<b>ORAA 2002 (3)</b>	<b>% (3/2)</b>
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>440,274,339</b>	<b>471,426,323</b>	<b>496,498,566</b>	<b>5.32%</b>
01 00 00	Despesas com pessoal	218,285,357	237,538,592	250,247,436	5.35%
02 00 00	Aquisição bens e serv. correntes	14,704,537	15,242,830	14,989,964	-1.66%
03 00 00	Encargos correntes da dívida	10,355,044	13,467,543	13,467,543	0.00%
04 00 00	Transferências correntes	184,252,621	191,513,577	198,269,239	3.53%
05 00 00	Subsídios				
06 00 00	Outras despesas correntes	12,676,779	13,663,780	19,524,384	42.89%
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5,312,976</b>	<b>65,533,444</b>	<b>5,317,560</b>	<b>-91.89%</b>
07 00 00	Aquisição de bens de capital	1,856,316	1,759,185	1,625,717	-7.59%
08 00 00	Transferências de capital	3,122,465	2,636,601	3,120,719	18.36%
09 00 00	Activos financeiros				
10 00 00	Passivos financeiros		60,803,464		
11 00 00	Outras despesas de capital	334,195	334,195	571,124	70.90%
	<b>DESPESAS DO PLANO</b>	<b>252,142,122</b>	<b>272,040,542</b>	<b>250,156,883</b>	<b>-8.04%</b>
	<b>SUB-TOTAL</b>	<b>697,729,437</b>	<b>809,000,309</b>	<b>751,973,009</b>	<b>-7.05%</b>
	<b>CONTAS DE ORDEM</b>	<b>226,491,895</b>	<b>197,567,023</b>	<b>216,947,052</b>	<b>9.81%</b>
	<b>T O T A L</b>	<b>924,221,332</b>	<b>1,006,567,333</b>	<b>968,920,061</b>	<b>-3.74%</b>

\*Valores revistos